

# DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 163

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 06 DE NOVEMBRO DE 2001

ANO XXVII

## Mesa Diretora

**HERMAS BRANDÃO**

Presidente - PTB

**ELIO RUSCH**

1º Vice-Presidente - PFL

**IRINEU COLOMBO**

2º Vice-Presidente - PT

**AUGUSTINHO ZUCCHI**

3º Vice-Presidente - PSDB

**VALDIR ROSSONI**

1º Secretário - PTB

**ANTONIO ANIBELLI**

2º Secretário - PMDB

**CESAR SELEME**

3º Secretário - PPB

**EDNO GUIMARÃES**

4º Secretário - PSL

**NELSON GARCIA**

5º Secretário - PFL

**ABIB MIGUEL**

Diretor Geral

## Lideranças

*Líder do Governo ..... Durval Amaral*  
*Líder da Oposição ..... Waldyr Pugliesi*  
*PTB ..... Carlos Simões*  
*PFL ..... Plauto Miró Guimarães*  
*PSDB ..... Ademar Luiz Traiano*  
*PMDB ..... Nereu Moura*  
*PPB ..... Tony Garcia*  
*PT ..... Hermes Fonseca*  
*PDT ..... Luiz Carlos Zuk*  
*PSL ..... Luiz Carlos Martins*  
*PL ..... Pastor Edson Praczyk*  
*PPS ..... Cezar Silvestri*

## Representação Partidária

*PMDB - 08: Ademir Bier - Antonio Anibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Ricardo Chab - Waldyr Pugliesi; PSDB - 08: Algaci Tulio - Ademar Traiano - Edno Guimarães - Hermas Brandão - Luiz Fernandes da Silva Litro - Nelson Tureck - Ricardo Maia - Sérgio Spada; PFL - 07: Basílio Zanusso - Cleiton Kielse - Divanir Braz Palma - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Garcia - Nelson Justus (licenciado) - Plauto Miró Guimarães; PTB - 07: Carlos Simões - Custódio da Silva - Hidekazu Takayama - Luiz Accorsi - Luiz Carlos Alborghetti - Tiago Amorim Novaes - Valdir Rossoni; PDT - 06: Augustinho Zucchi - Eli Ghellere - José Maria Ferreira - Luiz Carlos Zuk - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; PPB - 06: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia - Miltinho Pupio - Moysés Leônidas; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Luciana Rafagnin; PL - 03: Chico Noroeste - Pastor Edson Praczyk - Serafina Carrilho; PSL - 03: Cartário - Luiz Carlos Martins - Antonio Carlos Belinati; PPS - 02: Cezar Silvestri - Marcos Isfer.*

**3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA  
14ª LEGISLATURA  
ATA DA 113ª SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM  
06 DE NOVEMBRO DE 2001**

*(terça-feira)*

Presidência do senhor deputado Hermas Brandão, secretariada pelos senhores deputados Nelson Tureck e Geraldo Cartário.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Mesa Executiva: Hermas Brandão, Elio Rusch, Irineu Colombo, Augustinho Zucchi, Valdir Rossoni, Antonio Anibelli, Cesar Seleme, Edno Guimarães, Nelson Garcia; PPS: Cezar Silvestri, Marcos Isfer; PL: Chico Noroeste, Pastor Edson Praczyk, Serafina Carrilho; PPB: Duílio Genari, Fernando Ribas Carli, Miltinho Pupio, Moysés Leônidas, Tony Garcia; PDT: Eli Ghelhere, José Maria Ferreira, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Renato Gaúcho; PT: Ângelo Vanhoni, Hermes Fonseca, Luciana Rafagnin; PSDB: Ademar Traiano, Algaci Tulio, Luiz Fernandes da Silva Litro, Nelson Tureck, Ricardo Maia, Sérgio Spada; PFL: Basílio Zanusso, Cleiton Kielse, Divanir Braz Palma, Durval Amaral, Plauto Miró Guimarães; PTB: Carlos Simões, Custódio da Silva, Hidekazu Takayama, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Tiago Amorim Novaes; PMDB: Ademir Bier, Caíto Quintana, Edson Strapasson, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Ricardo Chab, Waldyr Pugliesi; PSL: Antonio Carlos Belinati, Geraldo Cartário, Luiz Carlos Martins (54).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

**SESSÃO.**

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

**EXPEDIENTE:**

**Requerimentos:**

**REQUERIMENTO Nº 3696**

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o

douto Plenário, o envio de voto de pesar à família do senhor Francisco Diorio Filho, falecido no dia 01 de novembro, no município de Cianorte.

Sala das Sessões, em 06.11.2001.

(a) EDNO GUIMARÃES

**REQUERIMENTO Nº 3697**

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de voto de pesar à família da senhora Lourdes Bueno da Fonseca, falecida no dia 01 de novembro, no município de Cianorte.

Sala das Sessões, em 06.11.2001.

(a) EDNO GUIMARÃES

**REQUERIMENTO Nº 3705**

Senhor Presidente:

O deputado que se subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de pesar à família do senhor José Jabur, devido ao seu falecimento no último dia 04 de novembro de 2001.

Eleito três vezes prefeito de Porecatu, era conhecido por seus eleitores como “Zé Macaco”.

Sem dúvida contribuiu para o desenvolvimento de Porecatu e todo o Norte do Estado.

Sala das Sessões, em 06.11.2001.

(a) MOYSÉS LEÔNIDAS

**REQUERIMENTO Nº 3718**

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos anais da Sessão de hoje, votos de pesar pelo falecimento do senhor Rubens Gehrke, que ocorreu no último dia 26 de outubro.

Requer ainda, que do presente se dê ciência à viúva, senhora Claci Delci Gehrke, através de correspondência a ser encaminhada à Rua Curitiba, 1278, CEP: 85.960-000, Marechal Cândido Rondon-PR.

Sala das Sessões, em 06.11.2001.

(a) ADEMIR BIER

**REQUERIMENTO Nº 3719**

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, sejam inseridos na Ata dos trabalhos do Poder Legislativo, votos de pesar, aos familiares do senhor Hildegard Imianowski, líder comunitário da Divisa, São Mateus do Sul, falecido aos 31 de outubro do corrente.

Sala das Sessões, em 06.11.2001.

(a) CESAR SELEME

JUSTIFICATIVA:

No dia 31 de outubro do corrente ano, faleceu aos 69 anos de idade o senhor Hildegard Imianowski, na

comunidade da Divisa, município de São Mateus do Sul, onde residiu 68 anos de sua vida, dedicados ao bem-estar da comunidade, como líder exemplar, presidente da Capela de Nossa Senhora da Piedade por várias vezes e fundador da APESUL - Associação dos Pecuaristas da Região Sul do Estado.

O extinto deixa viúva a senhora Nair da Cruz Imiowski, quatro filhos, genros, noras e 10 netos, demais parentes e amigos com muitas saudades.

## Projetos de Lei:

### PROJETO DE LEI Nº 578/2001

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - Fica proibido o corte mecanizado da cana-de-açúcar, por um período de cinco (5) anos, em todo o território do Estado do Paraná.

Parágrafo Único - A mecanização a que se refere este artigo, somente será liberada mediante comprovação expressa, por parte da Prefeitura, Câmara Municipal, Sindicato Rural, patronal e do trabalhador, da falta de mão-de-obra especializada no corte de cana, no município em que se encontra instalada a usina de álcool e açúcar.

Art. 2º - O descumprimento à lei implicará na aplicação de multa que será estabelecida pelo Governo do Estado do Paraná.

Art. 3º - Os recursos oriundos da aplicação das multas serão destinados a cursos profissionalizantes para filhos dos cortadores de cana.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data e sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 06.11.2001.

(a) DIVANIR BRAZ PALMA

#### JUSTIFICATIVA:

O presente projeto visa proibir o corte mecanizado de cana-de-açúcar no âmbito do Estado do Paraná. A mecanização somente será liberada naquele município em que comprovadamente não houver mão-de-obra especializada para o corte de cana.

Se por um lado a mecanização acelera o desenvolvimento do setor e evita danos ao meio ambiente, por ocasião das necessárias queimadas para corte, por outro lado certamente provocará um impacto social de enormes proporções, tendo em vista que o segmento sucro-alcooleiro emprega diretamente 70.000 (setenta mil) pessoas, ou seja em torno de 210.000 (duzentos e dez mil) familiares e um segmento de mais 290.000 (duzentos e noventa mil) pessoas envolvidas em atividades que dependem indiretamente do corte da cana, como por exemplo o comércio de um modo geral.

Esta propositura, além de visar a contenção do caos social chamado desemprego, abre oportunidades para que os trabalhos volantes e familiares consigam qualificar-se profissionalmente através de um trabalho conjunto entre cooperativas, usineiros e Governo do Estado.

Prevê ainda o presente projeto que os recursos oriundos da aplicação das multas por descumprimento à lei, serão destinados à operacionalização de cursos profissionalizantes aos filhos dos cortadores de cana, preparando-os desta forma para uma nova profissão.

Certamente em cinco anos esta mão-de-obra estará mais qualificada podendo o mercado absorvê-la em outros segmentos, evitando-se o desemprego.

Conto com a atenção, apoio e aprovação dos nobres pares.

### PROJETO DE LEI Nº 579/2001

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública a Associação dos Estudantes de Primeiro de Maio - AEP, situada no município de Primeiro de Maio-PR.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 06.11.2001.

(a) MOYSÉS LEÔNIDAS

#### JUSTIFICATIVA:

A Associação dos Estudantes de Primeiro de Maio - AEP, constituída na forma de sociedade civil, sem fins lucrativos, tem como principal objetivo representar, defender e coordenar os interesses da comunidade universitária e estudantil do município de Primeiro de Maio. Como afirma seu estatuto "é a entidade máxima de representação, defesa e coordenação dos direitos da comunidade universitária e estudantil de Primeiro de Maio".

É uma organização comprometida com os interesses educacionais, levando muitos alunos aos estudos, pois luta diariamente pelos valores estudantis, dentre elas o transporte dos estudantes a outros municípios, já que não há nenhuma universidade no local. A AEP administra o ir e vir desses estudantes, além de coordenar outros projetos em benefício deste público.

Sem dúvida, é uma entidade que cumpre com sua função social, cultural, econômica e política. Frente a isto, não poderíamos deixar de apoiá-la, pois através dela muitos têm acesso ao ensino fundamental, médio ou universitário.

Assim, merece o reconhecimento do Estado, através da declaração de Utilidade Pública Estadual, pois a AEP leva muitos a terem acesso à ciência, essencial para a formação crítica do ser-humano.

PROJETO DE LEI Nº 580/2001  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública Estadual a Federação Regional das Associações de Pais e Mestres de Londrina e Região, com sede e foro em Londrina-PR.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 06.11.2001.

(a) MOYSÉS LEÔNIDAS

JUSTIFICATIVA:

A Federação Regional da Associação de Pais e Mestres é formada por pais, professores e representantes das Associações de Pais e Mestres das Escolas Públicas da cidade de Londrina e região. Tem como principal objetivo organizar ações que apoiem as escolas onde seus filhos estudam, garantindo a qualidade do ensino.

Além disso, desenvolvem ações permanentes com as APM's, orientando a forma de agir, buscando um relacionamento positivo entre alunos, professores, pais, funcionários e Núcleo Regional de Educação, já que todos estão diretamente ligados à Escola, fortalecendo o ensino.

Sem dúvida é uma entidade que reivindica dos responsáveis uma atitude salutar, visando exclusivamente a qualidade de ensino dos filhos que estão estudando nestas escolas.

Desta forma a Federação Regional da Associação de Pais e Mestres de Londrina e Região merece o título de Utilidade Pública Estadual, pois cumpre uma responsabilidade social que garante o ensino com qualidade.

PROJETO DE LEI Nº 581/2001  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Produtores e Arrendatários de Cruzeiro do Sul, com sede e foro no município de Cruzeiro do Sul.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 06.11.2001.

(a) RICARDO MAIA

JUSTIFICATIVA:

A propositura em tela tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação de Produtores e Arrendatários de Cruzeiro do Sul, com sede e foro no município de Cruzeiro do Sul, entidade que tem como objetivo principal representar seus associados, propiciando ao mesmo tempo alternativas que venham satisfazer às suas necessidades.

A Associação é uma entidade sem fins lucrativos, fundada em 19 de junho de 2000, que realiza com sucesso, trabalhos inerentes às finalidades de sua criação.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação da presente proposição.

Daí as razões do presente projeto.

PROJETO DE LEI Nº 582/2001  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica estabelecido em todo território do Estado do Paraná que qualquer pessoa, física ou jurídica, que efetue diretamente transporte intermunicipal de pessoal em ônibus ou veículos similares, deverá identificar as bagagens que não fiquem diretamente em poder dos transportados.

Parágrafo Único - Também estão sujeitos aos efeitos desta lei os que efetuarem o transporte do acima citado em caráter interestadual, desde que os percursos das viagens tenham início em qualquer lugar do território do Estado do Paraná.

Art. 2º - A identificação de que fala o artigo anterior será feita por meio de uma etiqueta adesiva padronizada afixada em, no mínimo, dois locais de fácil visão e localização no objeto transportado.

Parágrafo Único - A etiqueta de que dispõe este artigo deverá conter de forma legível:

I - O nome do passageiro;

II - O número de um documento de identificação publicamente reconhecido;

III - O local, a data e a hora de embarque e o seu respectivo destino; e

IV - Caso existam, o número do bilhete de passagem e número da poltrona em que o responsável pela bagagem esteja assentado.

Art. 3º - O descumprimento do disposto nesta lei acarretará ao responsável a multa de 300 (trezentas) UFIR's, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.

§ 1º - No caso de ocorrência do estabelecimento no *caput* deste artigo e sendo verificado, por meio de inspeção de um agente na bagagem ou objeto transportado, que ocorreu, com o simples porte ou transporte do objeto, algum ilícito previsto no Código Penal Brasileiro e que não foi possível a identificação do responsável, a pena deste artigo será duplicada.

§ 2º - No caso de se encontrar, na bagagem não identificada transportada pelo terceiro, substâncias entorpecentes ilegais, a multa deste artigo será quadruplicada.

Art. 4º - O Poder Executivo regulamentará a presente lei, indicando a padronização da etiqueta descrita no artigo segundo, bem como o órgão responsável pela fiscalização e aplicação das penalidades.

Art. 5º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 06.11.2001.

(a) RICARDO MAIA

JUSTIFICATIVA:

É de conhecimento comum os inúmeros casos de pessoas que, valendo-se de empresas regulares de transporte intermunicipal, transportam substâncias, objetivos e produtos ilegais sem um meio eficaz de identificação dos objetos transportados.

A presente lei visa, justamente, coibir esta prática abusiva e ilegal através de um sistema de identificação de baixo custo e de fácil leitura que impedirá que criminosos se utilizem dos meios de transportes públicos para dar vazão às suas práticas delituosas.

Com a identificação estabelecida nesta lei, ocorrerá a inibição dos eventuais passageiros que queiram transportar objetos ilegais e facilitará a busca e apreensão policial e, conseqüentemente, a identificação do criminoso, diminuindo, assim os índices dos delitos de contrabando, descaminho e tráfico de entorpecentes.

Daf as razões deste projeto.

PROJETO DE LEI Nº 583/2001

A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública o Centro de Recuperação Especial de Integração do Adolescente- CREIA, com sede e foro no município de Joaquim Távora.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 06.11.2001.

(a) HERMAS BRANDÃO

JUSTIFICATIVA:

A propositura em tela tem por objetivo declarar de Utilidade Pública o Centro de Recuperação Especial de Integração do Adolescente - Creia, que tem realizado excelente trabalho de atendimento à comunidade local, promovendo e contribuindo com a aproximação e integração do adolescente com a comunidade local.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres pares para a aprovação da presente proposição.

PROJETO DE LEI Nº 584/2001

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo a isentar do ICMS, no âmbito do Estado do Paraná, em favor

dos motos-taxistas, quando da aquisição da motocicleta, de até 200 (duzentas) cilindradas.

§ 1º - A motocicleta a que se refere o “caput” deste artigo, somente poderá ser utilizada como veículo de aluguel;

§ 2º - Quando houver venda posterior da motocicleta a terceiros, no período inferior a 04 (quatro anos), deixará de ocorrer a isenção.

Art. 2º - O Poder Executivo regulamentará a presente lei no prazo de 90 (noventa) dias, a contar de sua publicação.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 06.11.2001.

(a) ADEMIR BIER

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei visa conceder isenção do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços - ICMS, aos moto-taxistas, quando da aquisição da motocicleta, no âmbito do Estado do Paraná.

Podemos observar que tal benefício já existe com relação aos taxistas, sendo assim, entendemos que devemos conceder aos moto-taxistas a mesma isenção.

Desta forma, achamos ser uma medida justa, pois os moto-taxistas prestam este serviço, de forma rápida e eficaz.

Nestes termos, esperamos poder contar com o devido apoio dos nobres pares com assento nesta Casa de Leis.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Quero informar aos senhores parlamentares que, conforme requerimento aprovado anteriormente, a presente Sessão, o Horário do Expediente, será destinado para a audiência do Exmo. Sr. Secretário de Estado, Ricardo Augusto Cunha, a convite deste Poder Legislativo, que irá discorrer sobre o projeto de lei que diz respeito ao Plano de Saúde no Estado do Paraná.

Informamos aos senhores parlamentares que, encerrada a exposição, o senhor secretário poderá ser interpelado pelos senhores parlamentares, somente em relação ao assunto objeto do presente convite.

Com a palavra, então, o secretário Ricardo Augusto.

O SR. RICARDO AUGUSTO

Exmo. Sr. Presidente da Casa, Hermas Brandão, senhores deputados.

A nossa intenção aqui hoje é dar clareza e entendimento com relação à proposta do governo do novo sistema de assistência à saúde.

Nós temos uma série de pontos a ser discutidos e apresentamos aí um cenário atual através da saúde pública aonde observamos que a Constituição Federal diz que o Estado é responsável pela assistência à saúde de

todo o cidadão. E, com base nisto, foi criado o Sistema Único de Saúde que hoje representa perto de 72% de atendimento para a população brasileira. Nós temos os planos privados somente com 28%, ou seja, a imensa maioria da população brasileira hoje é atendida pelo Sistema Único de Saúde.

Nós temos aí um contexto muito importante com relação a planos privados. Perto de mil empresas de planos privados representam hoje, movimentam perto de 14.8 bilhões de dólares/ano, o que representa 2.6% do Produto Interno Bruto. Isto ensaja e ensajou ao Governo Federal que ele criasse ou que regulamentasse todo o processo, todo o contexto dos planos privados.

Isto deu início, então, com a Lei nº 9656, lei federal, com a criação da Agência Nacional de Saúde Suplementar. As grandes dificuldades que temos para a imensa maioria da população brasileira com relação à adesão aos planos de saúde são os custos elevados e constantes e crescentes da medicina que isto é claro para todos e o critério de enquadramento que é baseado na idade que por vezes acarreta algumas injustiças. À medida que vamos passando ou vamos aumentando de idade, vamos passando de uma tabela diferenciada e essa tabela, então, necessita que tenhamos um diferencial em termos de valores.

É importante ressaltarmos aqui a situação do IPE e um pequeno histórico de como ele veio funcionando ao longo do tempo. O IPE foi criado em 63 especificamente para promover previdência e assistência. Há uma mistura muito grande com relação a isto. A previsão de contribuição que o Estado tinha na época em 3% para assistência médico-hospitalar não acontecia regularmente, porque neste momento nós tínhamos aí uma arrecadação para as pensões, arrecadação dos servidores, que representava 8% sobre a remuneração que era superavitária, ou sejam, existiam recursos a mais que sobravam para o pagamento das pensões, e ele era revertido então para assistência médico-hospitalar.

Desde o início, o recurso para assistência médica era insuficiente, então ele era suprido daqueles indevidamente coberto pelo recurso que era recolhido para a pensão.

Já pela Lei nº 10.219/92, que cria o sistema previdenciário do Estado, aumentou-se o desconto para 10% o que criou uma falsa impressão de que esses 2% de diferença eram direcionados à parte de assistência médico-hospitalar. Isso nunca aconteceu. Na realidade a contribuição, ou seja, nesta época já em 92, os recursos ou o que era arrecadado de 8%, não era suficiente para cobrir a previdência, então aumentou-se para 10%.

Já nesse momento, a Previdência, ou seja, a assistência social ou assistência à saúde passou a depender exclusivamente do Tesouro do Estado, e as consultas que funcionavam através de uma rede credenciada de laboratórios e de clínicas e de médicos parou de ser utilizada, parou de ser apresentada e o atendimento se limitou aos 2 ambulatorios, ao de Curitiba e ao de Londrina.

É importante ressaltar aí que em todo mundo a diferença entre previdência e assistência é muito clara. A grande maioria dos estados hoje ainda mistura muito isso.

O Estado do Paraná, com a Lei nº 12.398/98 separou, distinguiu claramente essas duas facetas. Temos aí o ParanaPrevidência, que hoje cuida especificamente da área previdenciária e temos assistência à saúde que está sendo prestada hoje pelo IPE, pelo remanescente do IPE, que ainda vem funcionando, e agora pela proposta do Governo de uma solução para a assistência à saúde.

O desconto compulsório imposto pela Lei 12.398/98 para a assistência à saúde, que na época era de 2%, devido às inúmeras ações judiciais com relação à sua compulsoriedade foi eliminado, ou seja, através de um decreto governamental, se deixou de descontar do servidor para utilização da saúde, e com isso foi postergada a solução que estava prevista dentro da lei que criou o ParanaPrevidência.

A Lei de responsabilidade Fiscal impõe também critérios com relação ao limite do Executivo, limite de gastos com despesa de pessoal, com relação à receita corrente líquida, que é limitada em 49%, e se impõe que o Estado, impossibilitado nesse momento de fazer os reajustes devidos em termos de salário, estabelece então um subsídio para a saúde, do montante de 5 milhões de reais, que vem diretamente a ser aplicado para o plano de saúde, dentro de um fundo de saúde que será criado através dessa lei, desse projeto de lei apresentado à Casa.

Com base nessas premissas, se realizou um estudo amparado numa pesquisa quantitativa, aonde perto de 5.200 entrevistas demandaram que a nossa realidade não é muito diferente da realidade nacional, e que perto de 78% dos nossos servidores e seus dependentes, ainda dependem exclusivamente ou do IPE, ou de algum sistema ou do sistema único de saúde. Então, temos aí que perto de 78% dos nossos servidores não tem nenhum plano de saúde.

E pela pergunta que fizemos com relação ao interesse em participar de um plano de saúde ou um plano de assistência saúde para os servidores, vimos que perto de 23%, 23,11 realmente não querem ter um plano de saúde.

Quando cruzamos essas informações em relação à faixa de renda, com relação à existência ou não de um plano de saúde, observamos que praticamente são as mesmas pessoas, ou seja, aqueles que já têm um plano de saúde são aqueles que realmente não querem mais um plano de saúde proposto pelo governo, e são aqueles que diretamente já têm um salário diferente, já tem um salário a mais e que conseguem da mesma forma, contratar um plano de saúde no mercado.

Fizemos uma pesquisa qualitativa aonde é apresentado um estudo inicial em cima do plano, uma proposta inicial e foram colhidos 15 grupos, divididos no Estado todo, os grupos homogêneos, aonde as críticas e sugestões foram incorporadas dentro do novo projeto.

Essas críticas, algumas puderam ser incorporadas, outras não, mas conseguimos modelar o sistema todo através dessa pesquisa que foi feita entre todos os setores do Estado; as várias faixas salariais para que pudéssemos ter uma realidade. Na realidade um plano que fosse condizente àquilo que os servidores realmente necessitavam.

Foi constituída uma Comissão, pelo governador e pelo secretário de Estado, que detinham o maior número de servidores, pois aí o interesse é maior, a cobrança é maior com relação a uma solução à saúde e, também, com técnicos, para análise das várias alternativas.

Foram feitos inúmeros cálculos atuariais, que contam com a contribuição do Estado, contam com a contribuição dos servidores de um lado, com a contribuição do Estado do outro, e com os custos elevados da medicina. Fazem com que a balança tenha que ter um determinado equilíbrio. É dentro desse equilíbrio que o novo sistema veio a ser encaminhado para a Assembléia, para que chegassemos a uma definição, de uma alternativa que fosse a mais acessível e econômica aos servidores dos mais baixos salários.

Dessa forma temos uma proposta, um projeto de lei com um caráter bastante social e democrático.

Qual é a nossa realidade institucional?

Temos perto de 460 mil, 520 beneficiários, o que demanda que perto de 360 mil não possuem nenhum plano de saúde.

Então, seria esse o nosso foco básico em termos de adesão do nosso plano, perto de 360 mil possíveis beneficiários e englobando o servidor e os seus dependentes.

Dentro da composição etária dos nossos beneficiários temos uma grande concentração dentro da faixa etária mais elevada. Isso demanda que os custos sejam mais elevados, também.

É diferente trabalharmos com uma massa real de servidores do que trabalharmos com a estatística, aonde a massa se funciona de uma maneira de uma distribuição normal.

É fácil observar que há muito tempo não temos concurso no Estado e há muito tempo não entra ao Estado novos servidores. Isto faz com que tenhamos os nossos servidores em uma idade mais elevada. Desta forma o custo da medicina também é mais elevado.

Com relação à composição salarial, nós temos que perto de 84,1%, que tem faixa de renda de até 10 salários mínimos.

Então o cruzamento dessas informações é muito importante, porque são aqueles que basicamente não têm o plano de saúde, aqueles que realmente recebem menos e aqueles que realmente mais necessitam da assistência.

Como é que se dá o sistema?

O sistema proposto prevê ao nosso usuário, perto de 460 mil benefícios, o Estado com a proposta de lei apresentada aqui, à Casa de Leis. O nosso departamento de assistência à saúde, com a criação desse departamento que vai fazer o acompanhamento, o processo de auditoria e controle do sistema. Um processo de licitação, que

demanda a contratação de uma empresa administradora, não uma empresa operadora. Uma empresa que administrará, que fará o controle de todo o sistema, através de um processo de auditoria, autorização prévia e através de uma central telefônica, que dará todos os subsídios para que possamos efetuar o pagamento à rede prestadora.

A rede prestadora de um lado dando atendimento tanto à parte laboratorial, através das clínicas, laboratórios e como à parte hospitalar.

Então nós temos muito bem distinto essa separação, que nós temos o papel do Estado como um agente facilitador, um agente que fará todo o processo de regulamentação amparado no fundo de saúde, que terá um Conselho de Saúde. Esse Conselho que acompanhará toda a aplicação de recursos, bem como toda a regulamentação desse plano proposto aqui na Casa.

As premissas desse novo plano: A adesão será facultativa, o servidor não entrará compulsoriamente ao sistema; ele adere ou não de acordo com a sua conveniência, com a contribuição do Estado e do servidor. Há uma contribuição de um e de outro.

É um sistema de auto-gestão como já disse, através de uma rede credenciada de clínica, laboratórios e hospitais em todos os municípios do Estado, diferente do que temos hoje com dois ambulatorios, um em Curitiba e outro em Londrina. Teremos atendimento em todos os municípios do Estado, através dessa rede credenciada.

A contratação de uma empresa, administradora do plano, fará o processo de gerenciamento.

A contribuição do servidor será mensal, calculada com base na faixa salarial e com base no número de dependentes que ele tem. Esse critério da idade é afastado, porque o subsídio do Estado, esses cinco milhões entram diretamente nesta relação. O subsídio entra na idade, ou seja, naquele mais idoso, as nossas alterações, em termos de tabela, não vão acontecer, à medida em que o nosso servidor vai envelhecendo.

Temos a tabela fixa. Só vai variar, de acordo com a faixa salarial, se o servidor vier a receber mais ou menos, e de acordo com o número de dependentes.

Os valores de contribuição previstos no sistema são inferiores, com certeza, aos praticados no mercado, especialmente para aqueles com renda de até dez salários-mínimos.

O repasse do Estado representa um subsídio. Dessa forma, perto de 70% dos nossos beneficiários.

Premissas:

Cobertura ambulatorial e hospitalar.

Teremos cobertura ambulatorial completa, incluindo consultas em número ilimitado em todos os procedimentos ambulatoriais.

A internação: em enfermarias de dois leitos e todas as cirurgias, exceto as estéticas, a obstetrícia, serviços de apoio a diagnóstico e tratamento, transplante de rim e córnea, fisioterapia complementar e tratamento ambulatorial.

Fator moderador para consultas e serviços de atendimento e apoio ao diagnóstico e tratamento.

Esse fator moderador varia de acordo com a contribuição do servidor. Pode optar por uma tabela de 30% ou 40%.

É uma opção que ele faz. Esse fator moderador vem ao encontro do que entendemos, de eliminarmos o desperdício. Muitas vezes temos uma série de exames que não são buscados no laboratório. Perto de 40% dos exames não são nem consultados os seus resultados.

A nossa intenção com esse fator moderador é fazer com que o custo mensal de pagamento do servidor seja reduzido e que eliminemos o desperdício de exames que são solicitados desnecessariamente e que não sejam utilizados para apoio ao diagnóstico.

Teremos necessidade de uma reserva de contingência de três receitas mensais, que correspondem a 60 dias de carência para utilização, a partir do primeiro dia de contribuição.

Mais uma receita mensal, já financiada, do plano em 24 meses. Essa receita é dividida em 24 parcelas e findo esse prazo, ela é cancelada, ou seja, reduz a taxa de contribuição.

Não teremos carência nenhuma para urgências e emergências.

É bom frisar isso. A carência de 60 dias não é utilizada no caso de emergência ou urgência. Exemplos:

RONALDO CORREIA - Tem 51 anos, esposa e dois filhos.

- . Salário - R\$700,00
- . Não tem Plano de Saúde.
- . Opções de assistência médica: IPE, SUS, Particular.

(exemplos)

- . Consulta - R\$80,00
- . Hemograma - R\$29,00
- . RX de tórax PA - R\$41,16
- . Ecografia obstétrica: R\$95,00
- . Tomografia de crânio: R\$240,00

Essa seria uma primeira situação.

JOSÉ FRANCICO - tem 51 anos, esposa com 49 e 2 filhos.

- . Salário: R\$700,00
- . Plano de Saúde Privado - Unimed Light - R\$385,25.

Fator moderador de 50%

- . Referência: folheto da Unimed

- Consulta - R\$15,00
- Hemograma: R\$ 4,05
- RX de Tórax PA: R\$7,56
- Ecografia obstétrica: R\$19,71
- Tomografia de crânio: R\$100,00

Essa seria uma segunda situação, onde ele opta por um plano privado em condições semelhantes àquelas propostas pelo Estado, onde nós temos um fator moderador também incidindo.

A tendência hoje no mercado é que a maioria, que os planos de saúde incorporem também um fator moderador como forma de redução dos seus custos, como forma de redução do desperdício.

Uma outra situação é:

MARIA TEREZA - tem 51 anos, marido e 2 filhos:

- . Salário - R\$700,00
- . Plano de Assistência à Saúde Capsmel
- . Contribuição mensal: R\$91,00 (teto de 13%)
- . Fator moderador
- . Consulta: R\$12,50
- . Hemograma: R\$7,47
- . RX Tórax PA: R\$10,29
- . Ecografia obstétrica: isento/limite 3 por gestão
- . Tomografia de crânio: isento/limite 1 ao ano.

O Plano da Capsmel é o plano de saúde para os funcionários da Prefeitura de Londrina, e que, quando citado pela pesquisa qualitativa, foi citado pelos pesquisadores como um plano que funciona muito bem. Se não tivesse esse teto de 13% o contribuinte pagaria R\$180,00.

Essa situação seria uma opção de um plano de auto-gestão pública, que funciona muito bem na Prefeitura de Londrina.

E a opção do Estado, a proposta que estamos fazendo é:

JOÃO RIBEIRO- tem 51 anos, esposa e 2 filhos

- . Salário R\$700,00
- . Plano de Assistência à Saúde para o Servidor Público

- . Contribuição mensal: R\$56,00
- . Cobertura ambulatorial e hospitalar
- . Fator Moderador 40% (exemplos):
- . Consulta: R\$8,00
- . Hemograma: R\$2,40
- . RX Tórax - R\$4,48
- . Ecografia obstétrica: R\$11,68
- . Tomografia de crânio: R\$60,48

Então essa seria a nossa proposta. Alguns exames foram apresentados aí. Temos as tabelas de contribuição, que são importantes para serem analisadas.

#### EXEMPLOS DE VALORES DE CONTRIBUIÇÃO MENSAL

Salário	Solteiro(a)	Casal	Casal (1 filho)	Casal (2 filhos)
R\$200,00	R\$4,00	R\$8,00	R\$10,00	R\$12,00
R\$300,00	R\$6,00	R\$12,00	R\$15,00	R\$18,00
R\$600,00	R\$12,00	R\$24,00	R\$30,00	R\$36,00
R\$700,00	R\$21,00	R\$42,00	R\$49,00	R\$56,00
R\$1.000,00	R\$30,00	R\$60,00	R\$70,00	R\$80,00



Salário	Solteiro(a)	Casal	Casal (1 filho)	Casal (2 filhos)
R\$1.200,00	R\$42,00	R\$84,00	R\$96,00	R\$108,00
R\$1.500,00	R\$52,00	R\$105,00	R\$120,00	R\$135,00
R\$2.000,00	R\$80,00	R\$160,00	R\$180,00	R\$200,00
R\$3000,00	R\$120,00	R\$240,00	R\$270,00	R\$300,00
R\$5.000,00	R\$200,00	R\$300,00	R\$300,00	R\$300,00*

Fator moderador 40%

Na tabela superior temos um fator moderador de 40%. Os valores cheios não significa um intervalo entre R\$200,00 e R\$300,00. Tem um site dentro do Governo do Estado e que nos permite identificar, tão logo seja aprovado pela Assembleia Legislativa, tenhamos a possibilidade que o servidor acesse com o seu número de RG e já saia calculado qual seria a sua contribuição mensal.

Salário	Solteiro(a)	Casal	Casal (1 filho)	Casal (2 filhos)
R\$200,00	R\$8,00	R\$16,00	R\$18,00	R\$20,00
R\$300,00	R\$12,00	R\$24,00	R\$27,00	R\$30,00
R\$600,00	R\$24,00	R\$48,00	R\$54,00	R\$60,00
R\$700,00	R\$28,00	R\$56,00	R\$63,00	R\$70,00
R\$1.000,00	R\$40,00	R\$80,00	R\$90,00	R\$100,00
R\$1.200,00	R\$48,00	R\$96,00	R\$108,00	R\$120,00
R\$1.500,00	R\$60,00	R\$120,00	R\$135,00	R\$150,00
R\$2.000,00	R\$80,00	R\$160,00	R\$180,00	R\$200,00
R\$3.000,00	R\$120,00	R\$240,00	R\$270,00	R\$300,00
R\$5.000,00	R\$200,00	R\$300,00	R\$300,00	R\$300,00*

Fator Moderador 30%

OBS: Limite de contribuição de R\$300,00, independente do número de filhos.

Observem a tabela que nós temos um limite tanto em valor, como em percentagem. Esse limite é de 300 reais independente do número de dependentes e independente da sua faixa salarial, aquilo que chegar antes ou 300 reais ou 12% do seu salário, que seria a contribuição máxima que teria o servidor.

Alguns exemplos de alguns procedimentos e que seriam importantes para que possamos fazer alguma comparação. (Lê):

#### EXEMPLOS DE PROCEDIMENTOS

Procedimento	30%	40%
Consulta	R\$6,00	R\$8,00
Eletrocardiograma	R\$3,60	R\$4,80

Procedimento	30%	40%
Hemograma completo	R\$1,80	R\$2,40
Ácido Úrico	R\$0,84	R\$1,12
Glicose	R\$0,84	R\$1,12
Raio X de coluna	R\$4,20	R\$5,60
Raio X de tórax	R\$3,36	R\$4,48
Mamografia bilateral	R\$10,20	R\$13,60
Tomografia crânio	R\$45,36	R\$60,48

Então é importante ressaltar que a saúde realmente não tem preço, mas ela realmente tem um custo. E esse custo tem que ser arcado por todas as áreas, por todas as partes.

É esta a participação do Governo, onde, com a participação do Estado, com a participação do servidor, teremos aí um equilíbrio, tendo um plano responsável e que ele permanece por longo tempo, que ele não tenha realmente uma sobrevida de uma gestão, que ele tenha uma sobrevida de longo prazo.

Por isso, a idéia da criação de um fundo de saúde e que dará condições que, com a participação dos servidores, a garantia da sua continuidade, a garantia que preços baixos dos serviços, sejam mantidos e que tenhamos um atendimento de qualidade em todos os municípios do Estado e que seja garantido pelo Estado.

Muito obrigado.

#### O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

O secretário se coloca à disposição para os questionamentos que serão feitos, pelos senhores deputados.

Inicialmente, deputado Luiz Carlos Zuk.

#### O SR. LUIZ CARLOS ZUK

Senhor secretário, o senhor sabe que antes do atual governo, o Paraná, através do IPE, dava um respaldo a todos os funcionários públicos do Estado. Era a Polícia Militar, a Polícia Civil, os professores, e o servidor de um modo geral, tinha no IPE a sua consulta, o seu internamento, a sua operação, enfim, tudo que ele necessitava o IPE atendia.

Eu sou deputado aqui pela quarta vez, secretário, faz 16 anos. Só foi neste governo que nós sentimos, de perto, a defasagem do IPE. O IPE era salutar, o IPE era realmente um exemplo a todos nós, paranaenses, de uma assistência médico-hospitalar excelente. Já em Ponta Grossa, que é a minha cidade, nós tínhamos um entreposto do IPE onde os internamentos, as operações, tudo que era pedido, fosse funcionário do DER, de qualquer secretaria, tinha em Ponta Grossa, o atendimento preciso.

Parece-me que com o IPE aconteceu, secretário, uma comparação que eu poderia fazer com as estradas do Paraná, deixaram esburacar para daí instalar o pedágio, no Paraná.

E parece que deixaram arrebentar com a saúde do funcionário para vir um plano de saúde salvador daquilo que foi deficiência de todo o Paraná.

**(Tumulto, vaia nas galerias)**

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Solicito às galerias que não se manifestem, senão será suspensa a Sessão.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK

Senhor secretário, queria saber de V. Exa. se o senhor tem conhecimento do IPE depois do governo Jaime Lerner para chegarmos num plano que é realmente bom, mas que não seria necessário se continuássemos com o nosso IPE com a saúde que realmente ele desfrutava.

O SR. RICARDO AUGUSTO

Veja deputado, nós temos aí uma realidade completamente diferente, hoje não é uma realidade de prerrogativa do Estado do Paraná, na realidade todos os Estados têm essa mesma distinção.

Nos tínhamos, há muito tempo atrás, a grande possibilidade que a arrecadação previdenciária, à época era uma arrecadação superavitária e hoje vemos, não só o Estado do Paraná mas todos os Estados procurando uma solução para a Previdência. O Estado do Paraná conseguiu encontrar a sua solução já em 98, com a criação do ParanaPrevidência e que faz com que tenhamos as coisas muito bem distintas. Nenhum Estado hoje consegue dar atendimento à saúde de um maneira isolada, de uma maneira independente, ou seja, o Estado fornecendo tudo isso.

Desta forma ou fornecendo tudo, nós já temos hoje o atendimento através do Sistema Único, que é como diz o próprio nome Sistema Único de Saúde. O que nós propomos hoje aos servidores é a proposta de um salário social. Estamos fazendo uma proposta, é um algo a mais que estamos implementando com uma qualidade de atendimento diferencial para o servidor. Um atendimento que possa ser, através de uma consulta marcada em um consultório médico, um atendimento através de uma marcação de exame, um atendimento através de um hospital, que tenha qualificação, enfim um atendimento em todas as partes do Estado, em todos os municípios.

É diferente do que hoje nós vemos a realidade do IPE mas que não é de agora, é uma realidade de há muito tempo e o atendimento vinha acontecendo. E nós podemos ver isto, hoje: perto de 30% dos servidores, não hoje, uma pesquisa que foi realizada, precisam se deslocar para ter atendimento à saúde. Então, sentimos que isto é um custo a mais para o servidor, não por causa da realidade, hoje, do IPE, mas, por conta da realidade nacional. Hoje a sociedade cobra isto!

Por que é que nós direcionamos recursos do Estado para atendimento à saúde do servidor? Eu sou diferente do servidor público? Não! Não sou diferente do servidor

público? Entendemos que estamos praticando, sim, dentro desta contribuição, dentro do subsídio que o Estado está entrando, um salário social.

Há uma diferença entre o IPE de antigamente e o de agora? Sim! O IPE de 92, tinha uma previsão, inclusive da criação de um fundo de previdência que se tivesse sido continuado até hoje, teríamos um superávit previdenciário que não haveria necessidade nenhuma de termos que vender a Copel, para poder fazer a capitalização. Enfim, uma série de situações que seriam necessárias e que seriam desnecessárias, porque teríamos um fundo superavitário e que acabou sendo extinto, acabou não sendo utilizado para a Previdência. Foi utilizado de uma outra forma.

Enfim, existe uma outra realidade hoje. Não é uma realidade do Estado do Paraná, é uma realidade nacional. Vemos isto em Santa Catarina, na Bahia, em vários Estados que não têm condições de suprir sua assistência à saúde, de uma maneira que vinha suprindo há muito tempo. Esta é uma diferença de hoje. E a realidade do mercado e a realidade do real é uma realidade que pegou através da própria Lei de Responsabilidade Fiscal, que faz a distinção entre o que é previdência e o que é assistência, que não permite que recursos da previdência sejam utilizados para assistência.

Enfim, são situações hoje impostas pelo mercado e pela realidade nacional, que não nos permitam manter a mesma situação.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

O segundo orador inscrito é o deputado Irineu Colombo. Posteriormente o deputado Nereu Moura.

O SR. IRINEU COLOMBO

Senhor presidente e senhor secretário. Na verdade nós entendemos que o Sistema Único de Saúde deveria ser único. Como em muitos países, onde unicamente funciona muito bem. Mas, há sempre as ingerências da iniciativa privada, obviamente que o custo se transforme em lucro. O que está escrito, “a saúde não tem preço”, mas tem custo.

Nossa vontade política era de que o SUS realmente fosse único, não tivesse um paralelismo de sistemas públicos. Mas, com relação ao IPE, mediando entre os interesses dos servidores, mediando o interesse político do Estado e o interesse do SUS, eu diria que a melhor fórmula seria criar um pequeno sistema que fosse incorporado ao Sistema Único, uma espécie de complementação de uma emissão do peso ou da exigência de cada município, com colaboração direta do Estado do Paraná para o SUS. Como é que se faz esta fórmula? Nós temos algumas propostas, passando desde a idéia de cooperativa à auto-gestão, feito pelos funcionários do IPE.

Primeira ponderação: o IPE não precisa, atualmente contratar mais funcionários, não precisa se preocupar com a Lei de Responsabilidade Fiscal. Aliás, o discurso da Lei de Responsabilidade Fiscal, não é presi-

dente, virou desculpa para tudo: quem não quiser trabalhar é Lei de Responsabilidade Fiscal. Quem não quiser soluções inovadoras, Lei de Responsabilidade Fiscal. Não necessita de nenhuma contratação a mais de servidores, o IPE, porque a média dos trabalhadores do IPE é uma média baixa ainda, de funcionários de carreira. A aposentadoria demora bastante. Estive fazendo uma análise desta situação, que é uma preocupação que eu tenho. Portanto, não precisa ferir a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Agora, o Estado poderia, desde a assunção do Governo Jaime Lerner, pagar ao IPE a parte que lhe cabe, que o Estado não paga. Aliás, antes o governador Jaime Lerner, desde 94 o Estado não passa nenhum valor ao IPE. A dívida, hoje, é em torno de 146 milhões de reais.

A proposta do Governo é uma proposta que interessa a iniciativa privada, àqueles que querem, não transforma a saúde num custo, mas sim, num lucro.

O fator moderador colocado aqui é de co-gestão, uma cobrança de co-gestão. O fator moderador tem que ser um fato para disciplinamento, regramento da existência de serviços para não ter exagero nos procedimentos médicos e ambulatoriais. No entanto, como está a engenharia financeira colocada na proposta, é uma forma de manutenção do programa.

Hoje o sistema viveria a custa dos milhões passados mensalmente pelo governo do Estado com um associado ao sistema, uma pessoa que entra no sistema ou com 100 mil, 5 milhões, se o Governo passar 5 milhões para o IPE, talvez resolvesse o problema.

Com 5 milhões, mais 40%, mais 15 reais da consulta e assim por diante. Isso não é fator moderador; isso é contribuição de co-participação na manutenção do plano de sistema de saúde. A engenharia está errada.

Na medida em que você terceiriza o sistema e o próprio associado ao sistema, tem que bancá-lo, não só a terceirização do serviço, mas do gerenciamento.

É isso, não é, secretário? O gerenciamento é terceirizado. Correto?

O SR. RICARDO AUGUSTO

Não. Só a administração. O gerenciamento é do Estado e por parte do conselho. O conselho fará o gerenciamento porque ele define as regras e tem o regulamento, e define onde e como é aplicado o recurso.

A administração, simplesmente é o processo de auditoria.

O SR. IRINEU COLOMBO

Que é terceirizada?

O SR. RICARDO AUGUSTO

Sim, é terceirizada.

O SR. IRINEU COLOMBO

Ok. Se a terceirização e a prestação de serviço tiver uma gestão temerária, a empresa que for contratada, a Amil, por exemplo...

O SR. RICARDO AUGUSTO

A Amil é uma operadora, seria contratada uma administradora.

O SR. IRINEU COLOMBO

Se ela falir, o sistema não suporta a continuidade do programa!

Se eu tiver um desvio de recurso, o sistema não suporta, aí quem entra, pela proposta, quem assina, assina a responsabilidade que vai estourar sobre o servidor.

O modelo é extremamente caro, porque obviamente interessa para o Governo, na medida em que, olha, vou fazer uma proposta inovadora do novo sistema de saúde, aproveita para terceirizar, tornando caro essa engenharia, na medida em que você vai contratar o serviço terceirizado!

E esse Governo do Estado não é nenhum governo que tenha atestado de conduta moral dentro da administração pública, portanto me dá o direito pleno de desconfiar da fórmula da engenharia financeira proposta, na medida em que estarão contratando um serviço caro, uma operadora cara, não usa os laboratórios próprios do Estado, recursos próprios do Estado, que baratearia sobremaneira, não faz essa opção, nega essa opção, portanto essa opção que está aí é uma proposta que vai falir, secretário! Não dá para continuar com ela!

Vai desagradar aos servidores, porque aos servidores que ganham acima de 1.500 reais, não interessa entrar nesse sistema, é melhor pagar uma prestação da Unimed, uma proposta caríssima e para o servidor de baixa renda, de dois ou três salários mínimos, também não dá; fica muito caro.

Então, quem vai entrar no sistema?

Alguns, e esses alguns, pelo termo de adesão, ficaram responsáveis, se o sistema quebrar.

Ou quem ficará responsável? Entende?

Nós queremos fazer essas críticas, nós vamos fazer propostas. Auto-gestão é uma delas, estabelecer cooperativa, auto-gestão com gestão tripartite, que é a saída, é o controle público sobre os procedimentos do Estado, porque esse sistema vai à falência, secretário, porque esse sistema não tem como subsistir porque na engenharia financeira o fator disciplinador já está colocado como custo. Vai ter que entrar essa grana para o sistema andar para frente e todo mundo é responsável, o Estado não, e nem a operadora. Quem é responsável é o próprio servidor.

Gostaria de um comentário de V. Exa.

Muito obrigado!

O SR. IRINEU COLOMBO

O deputado Irineu Colombo coloca uma proposta de auto-gestão. A nossa proposta é uma proposta de auto-gestão, já! Está previsto que é o Estado do Paraná quem faz o gerenciamento e só vamos contratar uma gerenciadora e contar com uma rede credenciada.

É importante ressaltar que a administradora não tem nada a ver com a rede. A administradora vai seguir as

regras postas pelo Conselho de Administração, Conselho do Sistema Saúde. O Fundo é que vai determinar e que vai conferir com as regras claras, de forma a administrar o sistema da melhor forma possível. Qualquer coisa que seja feita fora das regras, a empresa administradora é que arca com os custos. Se ela autorizar um procedimento que não está previsto, ela é responsável pelo procedimento. Temos uma distinção muito grande o que é uma operadora e o que é uma administradora.

É importante quando o senhor citou que não precisaríamos mais de funcionários para a manutenção do IPE, hoje temos um grande número de funcionários. Temos médicos que às vezes não são necessários, porque o número de consultas que são demandados para ele são reduzidas. Se trabalho com uma rede credenciada, onde as consultas são feitas de maneira eletiva, onde não precise pagar por um custo mensal, teria uma redução de custo. Há uma redução direta daquilo que está sendo apresentado.

Quando o senhor disse que estamos com uma dívida de 146 milhões de reais com o IPE, ou seja, com seus prestadores, isso não é verdade. Hoje temos uma dívida de 15 milhões de reais. E já foi 65 milhões de reais! Temos uma dívida de 15 milhões de reais e que está sendo equacionada para ser liquidada até o final deste ano.

O fator moderador, como o próprio nome diz, é para que possamos coibir o uso ou o desperdício. Ele não entra como co-gestor. Ele entra para que possa reduzir o uso. E ele paga uma parcela daquilo que é necessário. Desta forma, a sua contribuição mensal fica reduzida. Poderíamos fazer diferente, não teríamos fator moderador, só que o risco seria muito maior. Teria que cobrar mensalmente um valor muito elevado. O custo ultrapassaria valores de mercado. O fator moderador vem justamente para fazer esse equilíbrio, para fazer essa manutenção.

O Conselho de Administração, é o responsável por toda a qualquer alteração no fundo. Se temos uma alteração de valores temos já um gatilho posto na lei, de que haverá um aumento na contribuição do Estado, de acordo com os índices postos pela Agência Nacional de Saúde. Da mesma forma se tivermos um aumento salarial, vamos ter também um aumento na contribuição mensal.

É desta forma que vai subsistir o equilíbrio do plano. Quem vai verificar se esse equilíbrio está certo ou não? É o cálculo atuarial com a análise do Conselho de Saúde. Então, não há como haver um desequilíbrio se fizermos esse controle fácil e claro entre a arrecadação, entre aquilo que está sendo colocado por parte do Estado e aquilo que está sendo colocado por parte do servidor.

#### O SR. IRINEU COLOMBO

Secretário, veja bem, são palavras suas.

O senhor disse que se não cobrar esse fator moderador, o sistema corre risco.

Fator moderador e disciplinador não é para colocar engenharia financeira em risco, ela não pode ser usada assim; o senhor falou isso, acabou de falar!

#### O SR. RICARDO AUGUSTO

Exatamente. Simplesmente, se...

#### O SR. IRINEU COLOMBO

Então, o fator moderador é arrecadador! Vamos colocar claro aí: ele é arrecadador, tem a função de constituir o fundo para isso. E está escrito na lei: quando tivermos uma situação de desequilíbrio financeiro, coloca-se a pessoa que adere ao sistema com co-responsável, quando tiver uma administração temerária, assim por diante.

E quando falo em co-gestão, não falo na co-gestão que o senhor está intitulado; co-gestão é quando os funcionários do IPE vão administrar; não vai ser terceirizada a administração para diminuir custos; quando os servidores vão estar lá no Conselho de Administração e vão ajudar a administrar e o Governo; tripartite; essa co-gestão por dentro do sistema e integrando-se, como o senhor disse.

Por isso a minha proposta é melhor, quando falo; é um pequeno sistema de saúde complementando o Sistema Único.

Quando o senhor coloca que o pediatra está hoje, sub-aproveitado, eu colocaria esse mesmo pediatra à disponibilidade do Sistema Único de Saúde. Certo?

Então, tenho condições de fazer um sistema tal que não se incorpore no Sistema Único, mas ele é complementar e auxiliar ao Sistema Único, com auto-gestão.

E efetivamente, a lei não pode ser aprovada, senhor presidente, senhores deputados, do jeito que está aí, porque tudo que o secretário fala, como já ouvimos outros secretários falarem aqui, remete a lei a uma regulamentação. Essa regulamentação estamos autorizando. Eu não vou votar um projeto de lei que falo: senhor secretário, o senhor vai regulamentar e essa regulamentação, na verdade, dá toda diretriz de gerenciamento financeiro, gerenciamento administrativo. Como vai ser o processo de licitação e tudo mais?

Não posso dar um cheque em branco, mais uma vez para este Governo em final de mandato, para fazer isso de forma temerária, que vai estourar no colo do próximo governo; que o próximo vai arcar com consequências terríveis com essa engenharia montada do jeito que está!

#### O SR. RICARDO AUGUSTO

Veja deputado, a exemplo do Parana Previdência, temos aí um conselho que fará a gestão desse fundo. Desta forma, vamos garantir que toda essa sua preocupação, com relação ao equilíbrio do sistema, seja garantida, porque todas as informações eles terão e são eles os gestores do sistema; são eles que farão o gerenciamento; apoiados na estrutura remanescente do IPE, ou seja,

aquela que tenha experiência hoje nos processos de auditoria, de acompanhamento de contas.

Esse pessoal que trabalha hoje dentro do IPE e que tem experiência, vai trabalhar dentro dessa estrutura do Estado, para fazer o acompanhamento do trabalho da administradora, que simplesmente, vai fazer o meio de campo entre o usuário e a rede. Certo?

Ela simplesmente vai fazer o meio de campo, e essa administradora simplesmente, vai gerir a parte de central telefônica, a parte de auditoria, a parte de autorização prévia, pois tem o conhecimento dos protocolos, tem o conhecimento de como se dá isso em termos de atendimento à central telefônica, porque esse ponto aqui, essa parte de administração, não é que tenha que ser feita pelo Estado, pode muito bem ser delegada para a iniciativa privada, a exemplo, de como o senhor mesmo citou, para estradas que são pedagiadas.

Podemos delegar isso para uma administradora da mesma forma que temos uma rede prestadora que vai garantir que a qualquer momento que eu não tenha um atendimento de qualidade, eu possa descredenciar o médico que realmente não esteja prestando um atendimento de qualidade aos nossos servidores. Essa é a grande vantagem do nosso processo.

Teremos aí garantido um atendimento de qualidade, em todos os municípios do estado e com o custo bastante reduzido.

Quando o senhor fala da falta de interesse dos servidores, com relação ao salário de mais de mil e quinhentos reais, pode ser que isso realmente aconteça, porque na realidade, estamos fazendo um plano que venha atender aqueles que realmente são mais necessitados.

E dentro da visão que o senhor disse, que seria importante que tivéssemos talvez uma co-gestão dentro do Sistema Único de Saúde, poderia ser uma alternativa, mas hoje os custos que são representados pela estrutura do IPE, não custos de hoje, custos de dois, quase três anos atrás, quando a proposta do ParanaPrevidência foi apresentada, são custos muito elevados, demandam que nós tivéssemos hoje uma consulta médica, não hoje, a custo de três anos atrás, uma consulta médica a sessenta reais, e não uma consulta como esta, que nós teríamos em uma rede credenciada e vinte reais!

Então, toda uma infra-estrutura imobilizada hoje, demanda realmente um curso. E essa estrutura não deve continuar, de forma que tenhamos aí custos reduzidos, para que o servidor saia beneficiado com isso.

Essa é a intenção dentro da proposta do governo.

O SR. NEREU MOURA

Senhor secretário da Administração, prazer em conhecê-lo.

É importante que V. Exa, venha aqui nesta Casa. Aliás, deveria ter vindo antes, quando esse projeto começou a ser elaborado no seio do governo, porque esta Casa é que tem a obrigação de aprovar esta lei.

O SR. RICARDO AUGUSTO

Sempre estive à disposição, deputado!

O SR. NEREU MOURA

Pois é, mas V. Exa., que é gestor da idéia, deveria ter vindo discutir com a Casa já no início, na formação dessa idéia, para que pudéssemos fazer uma lei que, efetivamente contentasse os interesses do povo do Paraná e especialmente dos servidores públicos.

Porque, caro secretário, a corda sempre arrebenta do lado mais franco, e não está sendo diferente dessa vez. O funcionalismo público do Paraná, vai pagar a conta outra vez.

Quero dizer-lhe que discordo da análise que V. Exa. faz, em relação à situação financeira do Estado.

Por que é que o Paraná faliu e quebrou?

Portanto, quero deixar de lado essa questão, doutor Ricardo, para que não polemizemos aqui. V. Exa. tem um conceito diferente do nosso. Temos uma outra visão, em relação do porquê o Estado do Paraná arrebentar-se financeiramente!

Nós queremos discutir sobre o Plano de Saúde, e V. Exa. veio aqui para debater conosco. Queria fazer algumas perguntas rápidas a V. Exa.

Qual a porcentagem de funcionários que o IPE cobria quando ele existia, secretário Ricardo?

O SR. RICARDO AUGUSTO

Cobria, basicamente, os funcionários que trabalham em Curitiba e Londrina, e alguns que se deslocavam para esses dois municípios para serem atendidos. Alguns!

O SR. NEREU MOURA

Acho que o IPE cobria todo mundo, porque sou do interior, nas minhas cidades pequenas, todo funcionário público era atendido pelo IPE. Todos!

O senhor não tem a porcentagem do funcionalismo público que o IPE cobria?

O SR. RICARDO AUGUSTO

Perto de 30 a 40%.

O SR. NEREU MOURA

É perto? Isso não é oficial. Gostaria de números oficiais.

O SR. RICARDO AUGUSTO

Na realidade, os números oficiais realmente, foram sendo reduzidos.

Nós temos valores de dois anos atrás que representavam um atendimento, porque hoje, como foi dito, a descontinuidade em termos de atendimento, ou até mesmo o descredenciamento por força de atrasos de pagamentos que aconteceram, e isso aconteceu na realidade, nós tivemos aí uma redução do uso.

Tivemos há dois anos atrás, um atendimento da ordem de 43% dos servidores, com esses dois pontos, em

Curitiba e Londrina, e aqueles funcionários que se deslocavam para essas duas cidades. Quarenta e três por cento.

O SR. NEREU MOURA

Secretário, qual a porcentagem que o Governo estima atingir com o Plano de Saúde?

O SR. RICARDO AUGUSTO

Perto de 80%.

O SR. NEREU MOURA

O Governo já teve algumas reuniões com o funcionalismo público, a respeito do Plano de Saúde?

O SR. RICARDO AUGUSTO

Várias! Várias com Sindicatos, com os servidores no Estado todo, eu mesmo percorri todas as nossas regionais explicando o plano de saúde, explicando esse sistema!

A mesma apresentação que fiz aqui hoje, fiz em todas as regionais do Estado, apresentando aos servidores e colhendo sugestões, para que pudéssemos trazer à Casa de Leis.

O SR. NEREU MOURA

Outra pergunta de bate-pronto!

O Governo irá escolher a empresa que irá prestar o serviço de saúde ao funcionalismo público, através de concorrência pública?

O SR. RICARDO AUGUSTO

Nós temos aí a administradora. É essa que o senhor quer dizer? A administradora será licitada.

O SR. NEREU MOURA

A administradora do Plano de Saúde.

O SR. RICARDO AUGUSTO

Não! É a administradora da parte intermediária, entre o meio de campo. Quem realmente vai prestar o serviço, é a rede credenciada.

É uma rede aonde os prestadores irão se credenciar. São as clínicas, hospitais, laboratórios de acordo com regras claras em termos de pagamento, em termos de cumprimento de obrigações, enfim, essa rede vai se credenciar e aqui nós teremos uma administradora. Do lado esquerdo é uma administradora, essa sim, será licitada pelo Governo do Estado.

O SR. NEREU MOURA

Então não será um Plano de Saúde?

O SR. RICARDO AUGUSTO

Não, é um sistema de auto-gestão. O Estado, como auto-gestor, vai gerir o sistema através de um conselho que fará a gestão do Fundo de Saúde e que definirá regras claras, que deverão ser cumpridas pela administradora e pela rede credenciada.

O SR. NEREU MOURA

O servidor público vai pagar uma taxa mensal?

O SR. RICARDO AUGUSTO

Isso!

O SR. NEREU MOURA

E mais pelos serviços que ele vai receber?

O SR. RICARDO AUGUSTO

Especificamente, consultas e exames. Quando ele tiver uma consulta ou quando ele tiver um exame, ele pagará um “fator moderador”, quando ele for internado não terá pagamento nenhum. Certo? Ele será operado, terá todas as suas contas...

O SR. NEREU MOURA

E quem é que vai cobrar as despesas pela internação dele?

O SR. RICARDO AUGUSTO

O Fundo de Saúde.

O SR. NEREU MOURA

O Fundo de Saúde...

O SR. RICARDO AUGUSTO

Isso, esse Fundo que está sendo criado por esse projeto de lei.

O SR. NEREU MOURA

E que vai ser composto por dinheiro do funcionário e do Estado?

O SR. RICARDO AUGUSTO

Isso.

O SR. NEREU MOURA

Esses cinco milhões do Estado, que o Estado vai repassar, mais aquilo que for descontado da folha do servidor?

O SR. RICARDO AUGUSTO

Exatamente, para aqueles servidores que aderirem ao Sistema.

O SR. NEREU MOURA

Perfeito.

E o IPE, senhor secretário, o que será feito do IPE? Dos servidores do IPE, os médicos, funcionários, bioquímicos, fisioterapeutas, o que está feito dessa gente?

O SR. RICARDO AUGUSTO

Essa estrutura de funcionários, hoje, deverá ser aproveitada uma boa parte daqueles que trabalham em termos de acompanhamento de contas, acompanhamento de auditoria; serão aproveitados no nosso sistema, serão

aproveitados no novo plano. Alguns médicos estarão trabalhando conosco para prevenção, porque a proposta que fizemos aqui não é basicamente tratamento de assistência à saúde, é mais assistência à doença. Nós teremos, dentro do Estado, um papel muito grande a ser cumprido que é o de prevenção para garantir, também, que os custos envolvidos aqui sejam reduzidos.

Então, esses médicos que hoje trabalham no IPE, trabalharão dentro do processo de prevenção junto aos servidores todos, e alguns que não puderem ser aproveitados, como é o caso que citei, alguns cirurgões plásticos, alguns que realmente não têm uma aplicação dentro do plano, eles serão deslocados ou para a Secretaria de Saúde, ou para a rede, que hoje trabalha com a Secretaria de Saúde, para atendimento também ao cidadão.

#### O SR. NEREU MOURA

Secretário, quero agradecer-lhe as respostas, e apenas, como última colocação, dizer que a sua idéia não deixa de ser engenhosa, a idéia de mas tenho recebido no gabinete, servidores que demonstram insatisfação com o plano, sindicatos que nos procuram para dizer que não estão contentes e que gostariam que nós reprovássemos o projeto, aqui na Casa.

Então a sua vinda aqui, por isso que eu disse na introdução da minha fala que seria importante que V. Exa. tivesse vindo antes, para que nós pudéssemos participar desde a elaboração dessa idéia, e pudéssemos até agir no convencimento dos funcionários e dos servidores públicos do Estado do Paraná.

Mas, quero dizer-lhe, para concluir, que acho caro o preço que o servidor vai pagar, pelos exemplos de V. Exa., caríssimos, e acho que os servidores não terão condições de arcar com essas despesas.

#### O SR. RICARDO AUGUSTO

Veja, essa é uma impressão, talvez, que possa ter surtido da sua análise, mas nós tivemos aí, quando percorremos o Estado todo, através das regionais, através de estrutura do Estado, os servidores todos, quando concluíamos a apresentação, eles nos perguntavam: quando é que ele começa a funcionar? Nós precisamos disso o quanto antes!

Então, é uma análise que nós temos e é uma análise que nós podemos dizer bastante...

#### O SR. NEREU MOURA

Talvez foram os cargos de comissão que falavam isso para senhor.

#### O SR. RICARDO AUGUSTO

Como?

#### O SR. NEREU MOURA

Talvez foram aquelas pessoas em cargos de comissão que falavam isso para o senhor.

#### O SR. RICARDO AUGUSTO

Não, senhor. Não, infelizmente não, quer dizer, ainda bem que não, porque nós tínhamos aí inúmeras pessoas, não só os cargos em comissão, porque os cargos em comissão, como o senhor mesmo diz, eles talvez não tenham interesse, porque pode ser que recebam mais de mil e quinhentos reais.

Então, é realmente aquele pessoal que mais precisa, que realmente estava escutando a apresentação e que queria ver o “negócio” funcionando o quanto antes para que ele pudesse ser atendido.

#### O SR. ORLANDO PESSUTI

Com anuência do presidente Hermas Brandão, cumprimento ao secretário Ricardo por ter vindo à Casa, e na mesma linha que encerrou o deputado Nereu Moura, eu diria que estou um pouco apreensivo com a manifestação inclusive que assisti ainda há pouco do líder do Governo, dizendo que a intenção é aprovar este mês ou pelo menos antes do recesso que acontecerá no dia 15, a partir do dia 16 de dezembro.

Digo isto porque sabemos que este projeto chegou à Assembléia por volta do mês de fevereiro ou março, se não me falha a memória, e que desde o primeiro momento quando indagado, nós sugeríamos que audiências públicas fossem feitas pela Comissão de Saúde Pública da Assembléia e por outras comissões que se entendesse necessárias, audiências públicas não só aqui na Assembléia Legislativa mas, e principalmente, na sede das regiões administrativas do Estado do Paraná. Temos aí cerca de 25 regiões administrativas, se não me falha a memória, para que nós pudéssemos debater lá na minha cidade de Ivaiporã, lá em Paranavaí, lá em Umuarama, lá em Toledo, lá em União da Vitória, Ponta Grossa, e também aqui em Curitiba, para que o debate não se restringisse apenas e tão somente aos parlamentares ou às representações sindicais sediadas evidentemente em Curitiba.

Infelizmente, nós, se as audiências aconteceram, eu confesso que não recebi nenhum convite para participar de nenhuma delas, a não ser a anterior em que V. Exa. esteve no plenarinho e que eu, por alguns compromissos, me atrasei em torno de uns trinta minutos e quando cheguei, pela presença de apenas seis parlamentares àquela reunião, nós todos fomos ao gabinete do presidente e acabou marcando-se a reunião para hoje. Então as duas reuniões para as quais fui convidado são essas que eu mencionei: a do plenarinho há uns quinze dias atrás e esta de hoje aqui no Plenário.

Eu tenho em mão uma manifestação da APP Sindicato, assinada pela Maria do Carmo dos Santos, secretária geral, encaminhada a V. Exa. aonde diz: Vimos por meio deste encaminhar as nove mil, quatrocentas e setenta e sete assinaturas favoráveis pela manutenção e melhoria dos serviços médicos hospitalares oferecidos pelo Instituto de Previdência do Estado do Paraná, o IPE. É um setor, e não só esse setor mas outros que têm se

manifestado na direção de que mais conveniente, mais oportuno, mas interessante, seria reestruturarmos, reerguermos, fortalecermos enfim, o IPE que tantos serviços prestou.

Tenho também em minhas mãos uma manifestação do Sindiseab, Sindicato Estadual dos Servidores Públicos da Agricultura, Meio Ambiente, Fundepar e afins, onde eles fazem também uma série de considerações e dizem, em alguns dos itens - a maioria dos servidores amarga uma corrosão salarial de 57,61% e não podem arcar com novos descontos para um sistema de saúde - dois além da mensalidade variável de dois a doze por cento sobre a remuneração, os serviços arcarão com o fator moderador, como mostrou V. Exa., para consultas e exames de 40% e co-participação por dia de internamento de 30 reais. As instâncias de decisão e gestão do SASP não contemplam participação paritária dos servidores, conforme determina a Constituição Estadual no seu artigo 41. Vai mais adiante - período de carência de 60 dias e reserva de contingência de três meses formada com contribuição mensal dos servidores. Vai mais adiante - a contribuição do servidor, conforme tabela de valores apresentada extratualmente será superior à proposta anterior na instituição do Parana Previdência, fundo de serviços médicos e hospitalares que era de dois por cento da remuneração do servidor.

Então, na implantação do Parana Previdência, parece que a proposta custava menos do que está se propondo custear hoje.

Também me parece que já foi até respondido por V. Exa. mas diz aqui - para as remunerações acima de dois mil reais os valores cobrados são mais altos se comparado a planos de mercado, além de ter o fator moderador e co-participação.

O SASP terá administração privada o que não garante preços e valores acessíveis a todos os serviços estaduais e tampouco a qualidade do serviço prestado.

O SASP restringe-se à prestação de serviços médicos-hospitalares, enquanto que o IPE prestava serviços nas áreas de assistência médica, hospitalar, farmacêutica, psicológica, assistência social a idoso, adolescente, mulher, jovens, remoção, entre outros. E faz uma série de outras considerações que nós, até para encurtar a nossa participação, deixamos de fazer.

Todas essas considerações que fizemos, Dr. Ricardo vem no sentido de demonstrar que nós precisamos, na minha avaliação pessoal, ampliar ainda um pouco mais o debate. Eu vejo que esta primeira reunião não será suficiente, e até faço um apelo ao nobre deputado Accorsi, que é o presidente da Comissão de Saúde Pública, os demais integrantes da comissão, para que possamos fazer, se não esta semana, mas na semana que vem, na outra semana, mais rodadas de conversão, analisando com maior profundidade, porque pelo que temos ouvido das pessoas, este sistema custará mais caro e não dará aos servidores públicos o mesmo atendimento que o IPE dava. As pessoas que têm uma faixa salarial maior,

vão ter que pagar mais caro se aderirem a esse plano do que aos planos de mercado, e também esta questão da contratação de uma administradora privada e não o próprio IPE, o próprio poder público, e não os próprios servidores fazerem a gerência, a gestão desse fundo de saúde que se pretende implantar.

Então, as preocupações nossas eram essas. Entendo que se faz necessário encontrarmos um caminho. Sou daqueles que quer encontrar um caminho, mas confesso que não me sinto ainda devidamente informado, apesar de ter feito pelo menos uma leitura do inteiro teor do projeto, de ter lido muitas coisas da imprensa, muitas reivindicações que nos chegaram, mas eu me confesso ainda não em condições plenas de exercer um direito ao voto, aqui dizendo: olha, estou votando isso, isso é bom, isso vai resolver o problema. Eu fico a me perguntar se de repente, se nós votarmos do jeito que está se propondo, se não estaremos colocando os servidores numa camisa-de-força, ou numa situação que não venha a solucionar o problema da assistência médica dos servidores públicos.

#### O SR. RICARDO AUGUSTO

Deputado, eu gostaria de ressaltar que eu percorri todas as regionais do Estado apoiado na estrutura do Estado, convocando os servidores, colhendo sugestões com relação ao projeto, verificando aquilo que realmente aonde os servidores não gostavam do projeto ou não achavam interessante, colhendo inclusive opiniões com relação ao funcionamento atual do IPE, enfim uma série de dúvidas foram sanadas nesse momento, foram dirimidas, foram resolvidas de forma a beneficiar principalmente o servidor.

Nós temos aí uma posição aonde (como procurei terminar lá) a saúde não tem preço mais tem custo, e este equilíbrio tem que ser garantido pela contribuição do Estado e pela contribuição do servidor. Então é este equilíbrio que nós procuramos manter dentro do projeto como um todo. O recurso do Estado é um e o recurso que nós entendemos que ao servidor seria possível pagar, seria este, que nós apresentamos diante de uma tabela, diante de um fator moderador que vem para restringir o uso, de forma que, sem dúvida nenhuma, ele tenha garantida a sua saúde, mas que tenha condições de ter um atendimento em todos os municípios, um atendimento de qualidade e com um custo bastante reduzido.

Quando foi colocado pelo Sindiseab de que o custo era, quem sabe mais barato, quando apresentado pelo Parana Previdência pode ser até que seja uma realidade, nós tínhamos lá uma contribuição compulsória de 2% sobre o salário.

Quando tratamos de uma contribuição compulsória o que acontece, aquele de maior salário vai contribuir, é claro, muito mais e vai acabar subsidiando aquele que ganha menos.

Por isso que nós não tivemos como continuar porque houve uma grande corrida às ações judiciais, com



relação à retirada do desconto daqueles que ganhavam mais.

Então, o efeito Robin Wood, ou seja, aquele que ganha mais contribuindo para o que ganha menos, deixou de existir. O equilíbrio não seria mantido. Nós teríamos um déficit. Dessa forma ele não teria como subsistir.

Por isso, a solução agora, de maneira facultativa, faz com que os custos sejam mais elevados, mas infelizmente, o equilíbrio tem que se manter de uma maneira proporcional. O subsídio do Estado entra para ajudar aquele que é mais idoso e aquele que ganha menos.

Então nós vimos claramente dentro da tabela de contribuição, que se for um indivíduo mais velho, ele vai ter um benefício muito grande perto do comparativo com o mercado.

Se compararmos dentro de uma realidade, que vemos hoje, dentro dos servidores, em nenhum momento vemos preços maiores do que o de mercado.

Se fizerem a comparação, quero que me tragam os planos privados e que me mostrem aonde um plano privado é mais barato do que esse que é apresentado aqui.

Por quê? Por que nenhum outro plano tem um subsídio do Estado de 5 milhões! Isso não existe!

Vejam, o Conselho de Administração desse fundo desde que amparado dentro de um histórico de cobrança, de adesões, ele pode realmente fazer uma opção em termos de reduzir a mensalidade, em reduzir o fator moderador, desde que o equilíbrio seja mantido.

O Conselho de Administração, o conselho que é composto de funcionários, que é composto pela sociedade civil organizada, não é amarrada. Da mesma forma que o ParanaPrevidência, trabalha inclusive dentro das ações que o Estado executa, ele cobra efetivamente as ações do Estado, a exemplo do que vem acontecendo dentro do ParanaPrevidência.

Isso deve vir acontecer aqui da mesma forma.

Hoje, nós temos uma sociedade que tem condições, a qualquer momento, desde que tenha um ou dois representantes, de fazer um alarde, de chegar aqui na Assembléia, tem espaço aqui, porque os senhores podem dar esse espaço, de realmente dizer que o plano não é bom. Então, ele tem assento dentro do Conselho, ele tem conhecimento de tudo que está sendo feito.

Ele pode demandar para o Estado de que correções sejam feitas, desde que o equilíbrio seja mantido.

Nós entendemos que é um plano claro, transparente e que pode demandar que os custos sejam reduzidos a longo prazo, quando tenhamos aí, a médio e a longo prazo, conhecimento desse histórico, porque hoje não sabemos qual é o número de servidores que vai aderir ao sistema. Nós não temos a realidade. Pode ser que chegue à adesão do sistema 30%. Mas, 30% com 5 milhões pode ser que tenha um superávit. Isso pode demandar que os custos sejam reduzidos. Depende muito das adesões.

É um plano que tem que ser construído com toda a segurança. Foi o que nós fizemos, todo o cálculo foi feito e, na realidade essas discussões todas foram postas, sem-

pre nos colocamos à disposição da Comissão de Saúde, para qualquer esclarecimento que fosse necessário. Nós temos os cálculos atuariais que demandaram esse estudo.

Enfim, todas as propostas podem ser discutidas, de forma que tenhamos um resultado mais interessante para o servidor, um atendimento de qualidade e baixo custo.

É essa a nossa intenção.

O SR. ORLANDO PESSUTI

A aparidade do Conselho?

O SR. RICARDO AUGUSTO

A aparidade do Conselho se ele tem um ou dois representantes, nós pegamos o exemplo do Conselho, pegamos uma cópia daquilo que vem funcionando hoje, dentro do ParanaPrevidência.

Exatamente como está no ParanaPrevidência, escolhemos colocar o Conselho da mesma forma como vem funcionando. É um conselho ativo, que realmente cobra as ações do Estado, que tem demandado uma série de ações com relação à nossa Secretaria. É um exemplo que nós temos como referência, um exemplo que realmente está dando certo. É por isso que fizemos uma cópia idêntica daquilo que vem funcionando.

O SR. LUIZ ACCORSI

Senhor presidente, secretário Ricardo.

Vejo, como médico, bastante dados positivo nesse plano do Governo. Um plano facultativo. Entra a pessoa que realmente quer entrar no Plano, o número de consultas ilimitadas, apesar de pagar o fator moderador. O número de consultas é ilimitado, o que me preocupa, no caso de uma criança que tem bastante consultas e a pessoa idosa.

Nesse caso o plano contempla, pode fazer quantas consultas forem necessárias.

A tabela de preço, de acordo com o salário.

A contribuição não depende da idade, como em certos planos de saúde. Quanto mais idosa a pessoa, mais alto é o valor do plano. Vejo meu pai e minha mãe que têm Unimed, e pela idade avançada, pagam quase mil reais por mês num plano de saúde!

Outra coisa que eu acho importante, é a consulta com hora marcada. A consulta em consultório médico.

Outra coisa importante, é o convênio com todas as cidades, hospitais, clínicas e laboratórios locais. A contribuição do governo, de cinco milhões de reais, vai ter uma correção e hoje pode chegar a quase sete milhões, é um plano que não tem carência numa questão de emergência e urgência. É de fundamental importância.

Vejo na questão de internamento: cobrar um fator moderador, na consulta e laboratório, até aí, tudo bem. É cabível num plano de saúde e o preço não vai ser caro.

Preocupa-me o internamento de um idoso. Ou esse idoso vai para um quarto ou vai para UTI.

Se for para UTI e pagar 40% do fator moderador dos exames, isso me preocupa muito. Uma pessoa enfar-

tada que entra numa UTI, começa pelo cateterismo, com raio X, enzimas cardíacas para ver se teve infarto. De repente, coloca um stent, faz uma angioplastia, exames de controle. Essa pessoa não sai mais do consignável do salário dela.

Eu proporia e tínhamos conversado há dias atrás, para as pessoas que ficam em quarto, cobrar o fator moderador de exames que de repente são um hemograma, um exame de urina, um Raio X de uma pneumonia, mas um paciente que cai numa UTI, cobrar os 30,00 reais por dia? O senhor nos disse que tinha essa possibilidade de incluir nesse plano, essa questão.

Acho que para uma pessoa internada numa UTI, que fica cinco dias, vai lhe custar 150 reais e vai ser descontado da folha de pagamento em cima do consignável, que eu também acho uma coisa importante.

Eu queria lhe fazer uma pergunta: o preço de consulta é cobrado em cima de qual tabela?

O SR. RICARDO AUGUSTO

É a tabela da AMB.

O SR. LUIZ ACCORSI

Tabela da AMB.

Se o senhor me fizesse uma gentileza de voltar ao quadro do João Ribeiro - 51 anos e 2 filhos.

**(Mostra-se quadro no painel)**

É uma pessoa que ganha R\$700,00. Quero usar o que ele vai ganhar. Contribuição de R\$56,00. Essa pessoa tem um infarto. Precisa fazer uma angioplastia e colocar três stents. Hoje o stent custa três mil reais. Seriam 9 mil reais, sem o trabalho do médico e a angioplastia.

Esses stents, doutor Ricardo, o plano cobre?

O SR. RICARDO AUGUSTO

Não. Dentro da visão do plano, não cobre.

O SR. LUIZ ACCORSI

E aí o paciente pagaria o quê em cima desse preço? O valor moderador de 30%, 40%?

O SR. RICARDO AUGUSTO

Isso. Isso consignado em folha.

O SR. LUIZ ACCORSI

Esse mesmo paciente precisa fazer uma prótese de fêmur, essa prótese o plano paga?

O SR. RICARDO AUGUSTO

Não. A exemplo da nova lei que regulamenta os planos privados, da mesma forma.

O SR. LUIZ ACCORSI

É o caso do SUS tem que pagar prótese.

O SR. RICARDO AUGUSTO

Exatamente.

O SR. LUIZ ACCORSI

Então era isso, doutor Ricardo.

Muito obrigado.

O SR. RICARDO AUGUSTO

Gostaria só de fazer um comentário a respeito desta colocação da internação, que é uma sugestão muito interessante. Nós havíamos feito uma proposta como essa no início, onde o servidor pagaria por dia internado e não pagaria os fatores moderadores. E na pesquisa qualitativa que fizemos, os servidores acharam isso muito preocupante, porque eles sempre pensam no pior sinistro, imaginam que vão ficar internados durante 30 dias.

Então isso causou um custo em 30 dias, de R\$900,00 quando estiver internado. Agora, se ele ficar 30 dias internado, pode ser que os exames que ele tenha que fazer durante esses 30 dias, que o custo seja muito mais elevado, como esses exemplos que o senhor mesmo colocou.

Então, nós entendemos que de uma sugestão como essa, de retornarmos a esses R\$30,00, o equilíbrio atual se mantém. Já fizemos esse estudo entre os R\$30,00 ou a cobrança desses fatores moderadores durante a internação e aí obtivemos o equilíbrio sem problema nenhum, ou a opção de um ou de outro.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Em seguida, o deputado Algaci Tulio.

O SR. ALGACI TULIO

Senhor presidente, senhores deputados e senhor secretário.

Primeiro, quero dizer que sempre é bom discutir, sempre é bom ouvir as opiniões, muito embora entenda eu que o espaço não seria o plenário grande da Assembleia e sim a Comissão Interna de Saúde, ou no plenário, para ampliarmos essa discussão toda. Mas, de qualquer maneira ela é válida e abre o horizonte para todos nós, no sentido de que possamos entender um pouco melhor essa questão do plano de saúde.

Quero dizer o seguinte: O IPE lamentavelmente ao longo dos anos foi sucateado e não foi por este governo somente, por todos os governos que passaram por aí, porque, desde que me conheço por homem de comunicação, como vereador de Curitiba e deputado, as reclamações eram sempre as mesmas: utilizou-se o IPE para fazer as ações políticas de interesse próprio do seu superintendente. De repente, o IPE não tinha dinheiro para o plano de saúde, mas tinha dinheiro para comprar propriedades, imóveis. E por coincidência o IPE tem duas escolas, que eu me lembro, a Escola Nice Braga, que está aqui, e uma de Londrina. Que situação ficaram essas escolas e professores?

Em segundo lugar, a Lei nº 12.398/98, que criou o Parana Previdência, no seu artigo 28, criou o fundo de natureza previdenciária e o fundo de serviços médico-hospitalares, e me parece que na época o governo cobrou

uma certa contribuição dos servidores. Aí houve a chideira por parte dos servidores. O Governo cancelou essa cobrança.

E eu não tenho absoluta certeza, indago o secretário se houve a devolução dessa contribuição feita pelo servidor público durante aproximadamente um ano?

Vejam que a lei foi criada em 98, estamos em 2001, três anos se passaram, e a informação que tenho é de que o governo não teria feito a devolução dessa cobrança feita junto ao servidor público estadual.

Uma outra indagação: - ora, o servidor público que há tanto tempo contribui com o IPE, que tem sofrido com esta situação, com a falta de atendimento, na área de saúde, ainda vai ter uma carência?

Senhor secretário, o senhor falou que não tem carência para as questões de emergência, mas terá uma carência de 60 dias entrando ele, aceitando o plano.

Este é um assunto que eu quero crer que o deputado Fernando Ribas Carli e o deputado Accorsi, que estão atuando nessa discussão, é um assunto que vamos ter que debater com mais profundidade, porque no nosso entendimento, acho que servidor público judiado, sacrificado, sem ter uma assistência de saúde que ele precisa, necessita, ainda vai ter que pagar uma carência?

Seriam estas as três questões que eu levanto, neste momento, senhor secretário, mais uma vez parabenizando pelos esclarecimentos que certamente não são do entendimento, não são do acordo de todos, nós temos dúvidas ainda, mas me parece que quebra-se o gelo quando se discute, aqui no plenário da Assembleia, neste momento, a questão do plano de saúde do servidor público estadual.

Estava na hora, já se faz tarde, é necessário que esta Casa, a partir de agora, agilize mais essa discussão, para que possamos imediatamente colocar em ação a condição que o projeto venha a plenário para ser discutido.

Estas são as questões que eu queria fazer, agradecendo a sua presença e dizer que, embora nem tudo se concorde, é importante discutir e clarear algumas arestas ainda em cima da questão do plano de Saúde.

#### O SR. RICARDO AUGUSTO

Deputado Algaci Tulio, tem conhecimento da aprovação do Projeto de Lei nº 12.398, do Parana Previdência onde prevê, no caso, a absorção e extinção do Instituto de Previdência do Estado.

Neste ato, neste momento, todo o patrimônio do antigo IPE veio a compor dentro do fundo previdenciário do Estado. Então, a estrutura hoje da Escola Nice Braga, a estrutura daquela escola, em Londrina, fazem parte do patrimônio de Fundo Previdenciário. Nós temos como precisar exatamente, temos esse e temos outros tantos imóveis que compunham o patrimônio, o próximo prédio onde hoje funciona o IPE, eles são motivo de pagamento de aluguel, por parte do Estado, ao Fundo Previdenciário.

Então, o Estado hoje paga aluguel para utilizar as instalações da Escola Nice Braga para o Fundo Previdenciário da mesma forma que o faz cobrando a escola que funciona em Londrina hoje é uma escola particular que cobra mensalidade de seus alunos, essa escola está pagando um aluguel para o Fundo Previdenciário, dentro dessa nova visão que atuarialmente o que está imobilizado, dentro do Fundo deve merecer um reembolso correspondente, deve merecer uma capitalização. É isso que está acontecendo.

Com relação à cobrança, ocorreram em dois meses, em maio e junho de 99, quando começam as medidas judiciais e que o Governo do Estado, realmente ensinou em eliminar esta cobrança. Estes dois meses não foram devolvidos; eles foram utilizados; como nunca se pagou pela Saúde no Estado, nunca se pagou, em nenhum momento o servidor pagou para ter atendimento na Saúde do Estado. Os únicos dois meses que ele pagou foram estes dois, maio e junho de 99. Estes recursos foram inteiramente direcionados para pagamento das despesas do instituto. Então nós conseguimos pagar mais do que já estávamos pagando, estamos colocando em dia. Este montante de recursos foi direcionado especificamente para pagamento de despesas que o IPE já mantinha em sua rede.

Com relação à carência de 60 dias, ela é necessária para implementação do plano. Nós temos aí um começo de plano que demanda em emissão de carteirinha, demanda conformação de uma rede credenciada, demanda uma série de ações que são necessárias, inclusive a conformação de pontos, emissão de papéis, enfim uma série de materiais necessários para conformação de um plano de uma maneira inicial. Se nós tivermos, como já disse, uma necessidade, uma urgência, eles serão atendidos. Se tivermos uma necessidade que não seja uma urgência, uma emergência, ela pode ser analisada pelo próprio Conselho, que é quem vai gerir o Fundo, de atender ou não aquele servidor, dentro daquele prazo de carência. Isto tudo, o cálculo atuarial faz com que nós tenhamos a necessidade destes dois meses iniciais, destes sessenta dias, para que possamos ter um equilíbrio.

Todos os senhores sabem, temos aí uma demanda reprimida. Esta demanda para que tenhamos condições de lhe fazer frente, temos que ter este intervalo de carência, dentro desta previsão de adesão.

#### O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Com a palavra, o deputado Fernando Ribas Carli.

#### O SR. FERNANDO RIBAS CARLI

Senhor presidente, senhor secretário da Administração, doutor Ricardo, senhores deputados.

No momento não vou dirigir nenhuma pergunta ao ilustre Secretário, que hoje faz sua visita de apresentação do plano de saúde para todos os deputados, tendo em vista que estamos já mantendo contato desde o início do ano e também estamos mantendo diversas reuniões.

Eu queria, aqui, a bem da verdade, para restabelecer o trabalho que foi feito, esclarecer a todos os senhores deputados que a Comissão de Saúde realizou diversas reuniões, não só em Curitiba, não só na Assembléia.

A Comissão de Saúde, que é presidida pelo ilustre deputado Luiz Accorsi, esteve em Londrina, esteve em Curitiba, viajamos a São Paulo, procurando. São Paulo, que se considera a locomotiva do País, o Estado mais avançado, com um partido com uma vertente social na administração municipal e também no Governo do Estado, e nós fomos procurar subsídios para que pudéssemos melhorar ou pelo menos fazer uma avaliação do plano que está sendo apresentado.

Quero dizer aos senhores: nenhum Estado do Brasil tem um plano de saúde para seus funcionários públicos. Estivemos reunidos com o secretário da Saúde do Estado de São Paulo, doutor Eduardo Jorge e toda sua equipe, que dizia: nós, aqui, temos um hospital do servidor municipal, que atende toda São Paulo. Aí o deputado Luiz Accorsi dizia: “mas, se alguém lá do Tremembé precisa do atendimento?” Ele tem que vir e entrar pela porta do Hospital do Servidor Municipal, dizia um dos assessores do secretário Eduardo Jorge, com quem tenho uma relação bastante próxima, porque fomos colegas na Câmara Federal. Ele nos dizia o seguinte: “olha, nós também somos favoráveis ao SUS, ao Sistema Único de Saúde. Se alguém quer ter um sistema diferenciado, deve pagar por ele”.

Isto, para elucidar a todos os senhores, as diversas reuniões, aqui mesmo. Fizemos audiência pública no período do recesso, para que pudéssemos agilizar todo este processo. Tivemos onze representantes de entidades que elaboram, no setor público do Estado do Paraná. Inclusive a APP Sindicato estava representada neste Encontro. Em nenhum momento nos furtamos a fazer estas reuniões. Reunimo-nos mais, nos reunimos com prestadores de serviço. Não só com os usuários. Procuramos nos reunir também com os prestadores de serviço, porque, tanto o deputado Luiz Accorsi, que é profissional de saúde, que é médico, como eu, que sou relator, que também sou profissional da área de saúde, sou farmacêutico bioquímico, como também o deputado Antonio Carlos Belinati, que esteve presente conosco nestas reuniões, temos uma preocupação. Nós queremos um plano de saúde que seja viável, que seja factível.

De nada adianta implantarmos um plano em que os segurados finjam pagar e os prestadores de serviço finjam prestar algum trabalho, porque nós temos uma preocupação com o preço. Não só com o preço da mensalidade que será paga por todos os funcionários que aderirem ao plano, como também temos uma preocupação com os valores que serão pagos para os prestadores de serviço. E mais: se estes prestadores de serviço prestarão um serviço à altura. Porque, já que temos um plano diferenciado, já que o Governo do Estado vai fazer um aporte de recursos neste Fundo, é natural que tenhamos um serviço diferenciado, e esta é a intenção do Governo.

Quero dizer aos senhores: nós pesquisamos todos os planos de saúde. A questão do fator moderador, tenho a dizer aos senhores, todos os planos têm o fator moderador, que pode inibir o uso indiscriminado do serviço, ou mesmo o profissional que muitas vezes no afã de atender rapidamente, ou atender mais de um paciente, já tem uma quantidade que ele solicita que não são necessários.

Então, o fator moderador existe em todos os planos de saúde. É claro que existe, dentro do plano que foi enviado para o Governo, algumas alterações que nós vamos fazer, mas eu quero tranquilizar a todos os deputados que, se nós não esgotamos, nós procuramos esgotar com todos os segmentos envolvidos nesse plano de saúde, uma discussão, procurando levar, ir ao encontro dos funcionários.

Por exemplo, estivemos reunidos com o pessoal da Prefeitura Municipal de Curitiba, que tem um plano de saúde, para ver como é que funciona, quais são os problemas, porque nós queremos, senhor secretário, contribuir, apresentar algumas questões que sejam para melhorar o plano. Porque veja, todos nós temos um carinho especial pelo IPE e tivemos reunidos com os funcionários do IPE, para ver a possibilidade de como encaixar todo o pessoal do IPE.

Era bem verdade que quando era feito o desconto de 8 ou 10% dos funcionários, esse recurso era única e exclusivamente para pensão, para a aposentadoria, tal qual era no antigo IAP, IAPC, IAPI, que depois, tornou-se INPS, INSS e que nós sempre desvirtuamos. Nós sempre imaginamos que estávamos recolhendo 8% do nosso salário e que tínhamos direito à aposentadoria e à assistência à saúde e no período em que não havia um número grande de aposentados, sobrava dinheiro no caixa. Então houve os desvios de função desses recursos.

Na verdade esses recursos tinham que estar numa conta, sendo capitalizados, para que fossem fazer frente às despesas do futuro.

Quero dizer aos senhores que, além de todas as reuniões que a Comissão de Saúde fez, nós estamos abertos para quantas outras forem necessárias, mas eu quero fazer uma lembrança aqui, que no dia 24 de outubro nós marcamos uma reunião no Plenarinho, com a presença do público, senhores deputados, senhor secretário, e não houve quórum, naquele dia, mas eu quero deixar muito claro aqui, que a Comissão de Saúde, que é presidida pelo ilustre e competente deputado Luiz Accorsi, em nenhum momento se furtou a discutir com quem quer que seja sobre plano de saúde. Esteve sempre aberto, inclusive a manifestações de espanto, como por exemplo, de chegarmos em Londrina e dizerem, puxa é a primeira vez que vem uma comissão de deputados, alguém da Assembléia para saber como vai e como está funcionando o IPE!

Vistoriamos todas as instalações do ambulatório do IPE em Londrina, em Curitiba.

Então, eu faço essas colocações, secretário, para que nós possamos deixar muito claro que em nenhum momento esse plano de saúde ficou sem discussão.

E coloco mais uma coisa aos senhores deputados, na pesquisa que fizemos é o plano de saúde mais barato que existe em todo Brasil; não existe plano de saúde mais barato.

Eu sei que nós temos problemas, nós conversamos com funcionários que dizem que vão ter dificuldade de fazer a adesão, por que já não conseguem descontar 2 ou 3 reais. Sindicalistas por exemplo, afirmaram-nos que têm dificuldade de recolher para o seu Sindicato. Então vejam os senhores, nós sabemos dessas dificuldades, mas o valor da mensalidade, se nós compararmos com qualquer outro plano de saúde, é a mensalidade mais barata. Tem algumas adequações a serem feitas, nós vamos no decorrer do tempo que nos resta, discutir e mais ainda, quando nós entrarmos no processo de votação, nós teremos mais oportunidades ainda, muito maiores de aumentar a discussão.

Era isso, muito obrigado.

#### O SR. RICARDO AUGUSTO

Eu gostaria de agradecer ao posicionamento do deputado Fernando Ribas Carli, em relação ao plano. Sempre estivemos dispostos, estivemos conversando, discutindo, e S. Exas. o deputado Accorsi, e o deputado Fernando Ribas Carli, estiveram *pari passu* acompanhando todo o processo do plano. Agradecer também os servidores que estão aqui hoje, que vieram para escutar e ter um melhor entendimento do sistema. Agradecer a participação dos senhores deputados, e que venhamos a confirmar a melhor proposta para o Governo do Estado e para os servidores.

#### O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Com a palavra a deputada Luciana Rafagnin.

#### A SRA. LUCIANA RAFAGNIN

A explanação aqui feita nos deixa dúvidas se realmente vai ser assim o funcionamento, porque no projeto, artigo 4, deixa claro que poderá haver mudança através de decreto. O próprio projeto não deixa claro se será com uma empresa privada.

Gostaria de saber a sua opinião sobre o investimento do Estado na saúde do Estado do Paraná. A Emenda Constitucional 29 assegura que o investimento do Estado na saúde deveria ser de 8%. No entanto, os dados que tenho é que, no primeiro semestre deste ano o investimento foi de apenas 2,1%. Não seria melhor o governo investir o que a emenda constitucional garante, de até 2004 o investimento de 15% do orçamento do Estado na saúde, e com isso garantir que o servidor público se beneficie do próprio sistema? Sem que isto tenha um custo maior para o servidor? E assim estará contemplando todos os paranaenses.

#### O SR. RICARDO AUGUSTO

O projeto de lei traça linhas mestras em cima do atendimento para a saúde.

Se deixássemos tudo amarrado dentro da estrutura do projeto de lei, a cada alteração, que hoje poderá ser feita através do Conselho de Administração. E esse conselho terá condições de alterar as regras. Ele vai ter a capacidade de deliberar sobre as alterações. Se remetermos isso ao projeto de lei, teríamos dificuldades. Ele pode sofrer um desequilíbrio que se torne difícil de ser recuperado ao longo do tempo. É por isso a criação de um fundo, de um conselho que terá a participação da sociedade, dos servidores como forma de gerenciar através das alterações que podem ser feitas.

As alterações são feitas através de uma deliberação do conselho e remetidas a decreto do governador. Essa é a alteração básica. É importante essa facilidade que o plano terá de ser gerido pelo próprio conselho.

Com relação aos investimentos na saúde, temos ainda no Governo do Estado, não é um problema só do Governo do Estado do Paraná, mas de todos os governos estaduais, um problema contábil em termos de contabilizar aquilo que é gasto em saúde. Aqueles 2%, na realidade, são muito mais. Dentro da amarração que temos das rubricas orçamentárias do Governo do Estado, há uma dificuldade de avaliar o montante de envolvimento de despesas com saúde e que não são contabilizadas. Acabam sendo direcionados para uma outra dotação, como recursos de custeio que são utilizados para gerir a saúde, para gerir o controle do Sistema Único de Saúde. Não são contabilizadas como despesas com saúde.

Na realidade, falta essa contabilização, a exemplo do que acontece também da mesma forma, com educação, que também tem uma previsão em termos de contribuição.

Na realidade, gastamos muito mais em saúde, gastamos muito mais em educação, do que aquilo que realmente aparece como despesa.

A sugestão que S. Exa. fez, com relação à proposta de incorporarmos esse montante de recursos para o atendimento a todo cidadão, é uma sugestão muito interessante. Podemos, inclusive, demandar que esse recurso de cinco milhões fosse reinvestido, fosse colocado à disposição do Sistema Único de Saúde, para garantia de atendimento a todo cidadão.

Mas, o que interessa ao Governo do Estado, agora, é restabelecer algo mais para o seu servidor. É um algo a mais, é como que um salário social. Esse salário social que estamos implementando dentro do Governo do Estado, é um adicional a mais para que ele tenha garantido o seu atendimento à saúde, tenha garantido sua condição de trabalho e tenha garantido que a população seja bem atendida, decorrente desse bom atendimento ao trabalho.

#### A SRA. LUCIANA RAFAGNIN

Se tiver uma adesão só de 10% dos servidores, mesmo assim o governo vai continuar bancando cinco milhões todo mês?

**O SR. RICARDO AUGUSTO**

Isso quem decide é o próprio Conselho de Administração, que realmente vai gerir o Fundo.

Se o cálculo atuarial demandar que não há um equilíbrio, ou seja, há um montante de arrecadação superior àquilo que está acontecendo, o Estado pode deixar de investir esse recurso para esse fim específico e pode demandar um investimento em saúde. Por que, qual é a consequência que vemos de uma adesão de 10%? A consequência é de que teremos o restante dessa população sendo atendida pelo Sistema Único de Saúde, certo?

Então, a demanda que teríamos é de direcionar esse resultante do recurso que não está sendo utilizado no plano, para que possa ser demandado à utilização da própria Secretaria da Saúde, para atendimento ao Sistema Único de Saúde. Esse seria o direcionamento.

**O SR. ADEMIR BIER**

Senhor secretário, só uma colocação: estamos aí já na fase final, na votação do projeto de lei, no plano de saúde. Uma pergunta que faço ao senhor: existe um processo de licitação em andamento? A contratação desse serviço?

**O SR. RICARDO AUGUSTO**

Não sei se ficou bem claro para sua Exa. que temos aqui três partes: o Estado com a parte de gestão, a Administradora que é privada; e uma rede credenciada.

Já lançamos um edital da empresa administradora, com previsão de abertura em 11 de dezembro. Na realidade, o que estamos fazendo é nós adiantando a esse processo, tão logo tenhamos aí aprovado esse projeto de lei.

Temos um problema, que seria o problema inicial de toda implantação de um plano. O que nós queremos é que o servidor não fique um minuto a mais sem ter um atendimento de qualidade de assistência à saúde. E é por isso que estamos nos antecipando.

Veja, se nós tivermos ainda aprovado este ano, não teremos concluído ainda o procedimento licitatório. Então, estamos nos antecipando para que tenhamos condições de tão logo aprovado o projeto de lei, tenhamos a sua implantação rápida ao encontro, realmente, da necessidade que o servidor tem de ter um atendimento rápido e urgente.

**O SR. ADEMIR BIER**

Secretário, justamente a minha pergunta, vem em função que já tinha conhecimento dessa licitação que está sendo feita aí.

O que estranhamos é que se as regras não estão colocadas, quer dizer, é difícil você antecipar como é que essas empresas vão se habilitar nesse processo, sem ter uma regra definida.

**O SR. RICARDO AUGUSTO CUNHA**

Veja, a empresa não será contratada sem antes o projeto de lei ter sido aprovado.

Isso existe dentro do edital de licitação, que diz: “independente do projeto, se não for aprovado, independente do resultado da licitação, se o projeto de lei não for aprovado, de acordo como está, esta empresa não será contratada”.

Então, não faremos contrato nenhum sem antes termos o projeto de lei aprovado, da forma como entendemos, ou melhor, que esta Casa de Leis entenda que seja aprovado.

**O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)**

Não tendo mais orador inscrito, consultamos o secretário, se ele deseja fazer uso para suas considerações finais.

**O SR. RICARDO AUGUSTO**

Gostaria de agradecer a oportunidade de estar aqui, a presença dos ilustres deputados, agradecer aos servidores que tiveram a oportunidade de conhecer a respeito do sistema. Gostaria que pudessem fazer uso dessas informações e repassar aos demais servidores que tenham dúvidas.

Temos um site dentro do ambiente SEAD, dentro do ambiente SEAP do Governo do Estado, temos lá as informações adicionais do Sistema de Saúde. Podem verificar.

Se tiverem alguma dúvida, entrem em contato por e-mail, para qualquer informação que necessitem e quero agradecer mais uma vez essa oportunidade, senhor presidente, e nos colocarmos à disposição a qualquer dúvida, a qualquer discussão, que as próprias comissões tenham interesse da nossa presença, estaremos à disposição para qualquer esclarecimento.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Helio Rusch)**

Em nome da Casa, queremos agradecer ao secretário da Administração, senhor Ricardo, pela sua presença e na certeza que muitas dúvidas que existiam foram esclarecidas e dirimidas, principalmente dos senhores parlamentares.

Na certeza, como V. Exa. já disse que a sua pessoa estará à disposição para qualquer dúvida que os deputados precisem, necessitem, para que possam votar essa lei, com toda certeza, que possa beneficiar os funcionários do nosso Estado.

Muito obrigado pela sua presença.

Horário das Lideranças: PL, PSL, deputado Geraldo Cartário. PDT, Luiz Carlos Zuk.

**O SR. NEREU MOURA (Pela Ordem)**

Senhor presidente.

O ilustre secretário está liberado agora?

**O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)**

Vamos aguardar, até para não sermos inconvenientes, deixarmos o secretário ficar tranquilo, e desfazer os seus equipamentos.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Com a palavra, o deputado Luiz Carlos Zuk, deputado da Liderança do PDT.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK

Prefiro aguardar um minuto.

Senhor presidente, senhora e senhores deputado. Queria pedir à presidência que deixasse mas três minutos da Sessão, para que o secretário pudesse entregar algum...

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Está suspensa a Sessão por três minutos.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Reabrindo os trabalhos desta Sessão, no Horário das Lideranças, com a palavra o deputado Luiz Carlos Zuk.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK

Senhor presidente, senhora e senhores deputados.

Acredito, e tenho certeza, que o secretário Ricardo que aqui compareceu, pode ter, na sua visão, o interesse de fazer com que a situação caótica que se encontra a saúde pública dos funcionários do nosso Estado do Paraná, seja ela melhorada, mas também entendo que a posição do ilustre deputado Algaci Tulio, quando disse que de perto isso deveria ser encarado ainda mais pela Comissão de Saúde desta Casa.

Deputado Algaci Tulio, tem toda a razão; para que seja dissecada esta proposta que é trazida a este Plenário, para que possamos, com maior objetividade e clareza, fazermos a análise e nos posicionarmos em questão tão premente e de tanto interesse do Estado do Paraná, que é a saúde pública do senhor funcionário.

Mas, senhor presidente, além das ilustres visitas que nos honram aqui nas galerias, quando vemos que: "Terrorismo e intolerância é vender a Copel contra a vontade de 93% do povo paranaense". Quando lemos que hoje é o dia de decisão de desistência do leilão, através de diversos manifestos, por mais de quatrocentas entidades representativas do Estado do Paraná. Quando a nossa Igreja Católica, quando nossos irmãos evangélicos se posicionam para realmente dar ao Paraná sustentação que esta Casa realmente merece na análise de todas as matérias que aqui estão sendo apresentadas, é que nós vemos, senhor presidente e senhores deputados, que esses valerosos companheiros e companheiras, sem interesse algum, a não ser segurar realmente no seio da família do Paraná um dos seus mais valiosos patrimônios, merece de todos nós, principalmente do PDT, a homenagem, o reconhecimento.

Seja qual for o resultado, a luta de vocês estará presente na história deste Parlamento e de todo o nosso Paraná. Tenham de nós a reverência e principalmente o cumprimento por uma luta de mão aberta e mão limpa contra aqueles que realmente têm na mão os bastões que

usaram aqui na repressão contra os estudantes, contra os trabalhadores, enfim, contra os paranaenses. E foi mostrado ao nosso Paraná e a todo o Brasil que nós, com proposta, com respeito ao plebiscito do povo, queríamos atender os interesses maiores que eram a não venda da Copel.

Mas quero também, senhor presidente, trazer um outro assunto, de relevância importante ao Estado do Paraná, com dezenas que é o Tribunal Federal. Infelizmente o nosso Paraná, com dezenas e dezenas de ações, tem no Rio Grande do Sul a sede do Superior Tribunal Federal que lá se encontra, através do Tribunal Regional Federal e queríamos trazer esse Tribunal ao nosso Estado do Paraná. E quando lemos um dos jornais de maior circulação, mais precisamente a Gazeta do Povo um editorial, aonde mais de 140 mil processos anuais são apreciados em Porto Alegre e mais de 50 mil desses 140 mil são encaminhados no nosso Estado do Paraná, é que nós estamos entrando com um requerimento, senhor presidente, senhores deputados, que os nossos senadores, que os nossos deputados federais de todos os partidos e mais ainda o ministro Marco Aurélio de Mello, atenda, para que nós possamos ter no Paraná aquilo que é nosso, que é a nossa presença com o Tribunal analisando aqui no Paraná o interesse nosso, paranístico, e não nos deslocando em Porto Alegre, como agora em liminares concedidas lá foram cassadas, quando tivemos uma juíza desse Tribunal analisando o pedido de liminar consultando a Copel, consultando o governo do Estado, consultando outros órgãos representativos e levou aproximadamente três a quatro dias para conceder a nossa liminar e o presidente analisando por três minutos, cassou a liminar sem ter conhecimento daquilo que realmente aquela juíza federal tinha concedido ao nosso Paraná.

Tenho aqui no Paraná um Tribunal Federal com gente que conviva e que realmente demonstre interesse no nosso Estado, nós teremos um julgamento muito mais sério e muito mais interessado à vontade popular e uma decisão realmente sem paixão alguma. Reconhecemos os nossos irmãos gaúchos que fiquem com seu Tribunal mas que as questões do Paraná sejam elas estaduais ou federais, decididas em solo paranístico.

Por isso estamos entrando com esse requerimento, senhor presidente, senhores deputados, e esperamos da Bancada do Governo a sua aprovação, porque o interesse não é da Oposição e nem da Situação, mas de todo o povo do Paraná.

Muito obrigado, senhor presidente, senhores deputados.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

PT com a palavra.

Deputado Irineu Colombo.

O SR. IRINEU COLOMBO

Senhor presidente, Elio Rusch, senhora e senhores deputados.

Preliminarmente convém ressaltar que esse projeto que houve a tentativa do secretário Ricardo em defendê-lo aqui, não dá para aprovarmos de maneira alguma. É um cheque em branco ao governo, tudo muito bonitinho, cheio de gráfico, serviço vai melhorar cem por cento, tudo vai ficar ótimo, a mesma promessa em todos os programas de governo como o Paranaeducação, como o Parana previdência e tudo o mais.

Na verdade é que um grande esquema privado que está por trás disto, estão sucateando o IPE, jogando pelo ralo, o governo vai regulamentar tudo, nós só vamos autorizar em lei ele regulamentar o resto, vai fazer convênio, administração do jeito que quiser.

O que vai ser feito dos funcionários do IPE? Eles não estão nem aí! O negócio deles é atender os interesses privados e o negócio vai ser sustentado, como ele mesmo disse aqui, pelo pagamento dos funcionários públicos que, no momento de aderirem, serão, digamos, avalistas de futuros problemas, desvios de recursos, não pagamento do governo. Os funcionários públicos serão avalistas deste processo.

Mas, o que eu venho comentar, senhor presidente, senhores deputados, nesta tribuna, é sobre a fraude eleitoral do segundo turno, em que o PT foi vítima aqui em Curitiba, não por nosso mérito, mas por um trabalho de absoluta investigação jornalística, criteriosa, da Folha de São Paulo, que a partir de xerox da prestação ou do controle do comitê do candidato Cássio Taniguchi, conferiu as informações e autenticou todos os documentos mostrando uma fraude descomunal. Apenas 10% que se gastou na campanha foi apresentado na prestação de contas do TRE. Cada voto do Cássio Taniguchi no segundo turno custou 80 reais para que ele se elegeisse.

O PT imediatamente depois das eleições, desconfiado do volume enorme de campanha, cartazes, carros, alimentação, cabos eleitorais, ônibus trazendo gente do interior, olha, uma parafernália completa, inclusive pagavam gente para ir no nosso comitê espionar e tudo mais, nós fazíamos daquela forma mais tranqüila. Gastos exorbitantes na campanha de Cássio Taniguchi, foram objeto da nossa indignação, da nossa desconfiança e apresentamos até aquele momento, as provas que nós conseguimos reunir como: movimentação de automóveis, volume de gente contratada e tudo mais, colocamos como provas que nós tínhamos da disparidade entre a prestação de contas de um pouco mais de 2 milhões, e o volume de campanha era uma coisa completamente incompatível, volume de campanha com a prestação de contas.

Nós entramos com uma ação na Justiça Eleitoral, questionamos isso e a ação está tramitando, agora nesse momento aparece a prova da tese do PT, que era impossível, Cássio Taniguchi, o PFL, fazer campanha na capital gastando apenas 3 milhões, e agora está provado que a nossa tese está certa.

Nós estamos pedindo a cassação do diploma do Cássio Taniguchi porque foi uma fraude eleitoral, a eleição foi comprada. Os comentaristas de eleição no Brasil

dizem que quando se gasta muito na eleição o voto, em média, é de 10 reais, quando se gasta pouco. Aqui foi de 80 reais, na proporção mais ou menos do que ele deixou de declarar: 90%, quer dizer, de um volume de 33 milhões gastos na campanha, comprovado pela Folha de São Paulo, ele prestou contas de 3 milhões.

E aquilo que a Folha pegou de documentos que ele tem, está na prestação de contas. O que está na prestação de contas do TRE, está nos documentos. Agora o que está mais no documento paralelo não está no TRE. Então, a comprovação vem da própria prestação de contas do Cássio Taniguchi.

Olha, tem pesquisa paga, tem o esquema de uma fraude terrível que é enganar a Justiça Eleitoral na medida em que você recebe uma doação ilícita, ilegal, e você, para dar entrada quente no dinheiro, pede para uma empresa que presta contas, que ajuda o governo, por exemplo, pede para a Contrans - que tanto ajuda o governo aí, para dar um dinheirinho e esquenta o dinheiro. Dias depois, devolve-se o dinheiro para a empresa, só para esquentar a transação, mas efetivamente o dinheiro que entrou foi um dinheiro irregular que não dava para prestar contas.

Essa era uma das formas, foi comprovado pela Folha de São Paulo, então era colocado lá doadores normais que podiam ser esquentados, que foram apresentados no TRE, colocado um D. Aos doadores especiais era colocado um E, esses não foram para o Tribunal Eleitoral.

Estamos aqui com o nosso candidato a vice. Haja candidato a vice que dê conta de combater tanta grana, não é José Maurino?

O Cássio Taniguchi nega e diz que o culpado é o Requião. O Requião é eficiente mesmo, pega os documentos, comprova, e entrega para a Folha de São Paulo! O Senador Requião tem uma eficiência descomunal!

A Justiça Eleitoral é muito clara. Quem é responsável pela prestação de contas? O candidato circundado pelo partido. O partido também é circundado pela responsabilidade.

O TRE do Paraná fez reunião com os candidatos e orientou: os candidatos são os responsáveis. O TRE até hoje dificultou a fiscalização de nossa parte, da imprensa, porque o TRE do Paraná é o único TRE do Brasil que não expõe on line, nem lá no mural, a prestação de contas de todos os partidos políticos.

Dá um dia inteiro aqui para falar do nome das pessoas envolvidas e tudo o mais. O responsável pelo comitê diz que foi uma montagem grosseira. Mas, quem confirma isso, são as empresas de pesquisa, as empresas que contribuíram, como o diretor da Risotolândia que atende até hoje ao esquema da Prefeitura.

A suspeita grave levantada aqui, que as empresas são amigas da Prefeitura, prestam contas na Prefeitura. Na verdade é dinheiro público que foi gasto na campanha. A suspeita grave de que os carros da Contrans, que é uma empresa que até hoje é contratada da Prefeitura,



foram empresas que colocaram à disposição de vários e vários candidatos a vereadores já eleitos, para fazer campanha, do Comitê Eleitoral do Cássio Taniguchi.

Ângelo Vanhoni, que perdeu por um pouco mais de um por cento da eleição aqui, foi roubado na eleição, foi fraudada a eleição, foi comprada a eleição que Ângelo seria o prefeito de Curitiba!

É a nossa indignação e queremos que a Justiça casse o diploma do Cássio Taniguchi, por tamanha fraude. A maior fraude eleitoral do Brasil aconteceu aqui, na eleição, no segundo turno, em Curitiba.

#### O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

PMDB. Com a palavra, o deputado Waldyr Pugliesi.

#### O SR. WALDYR PUGLIESI

Senhor presidente, viria a tribuna para falar a respeito do problema da Copel. Acho que o grande problema que nós temos aí pela frente é a Copel.

Esta publicação da Folha de São Paulo, em relação à fraude verificada na eleição de Curitiba, não é novidade para ninguém. Quem viveu a campanha sabe disso, a mobilização que fizeram para derrotar o PT.

Por isso, estava até falando para os deputados do PT, que aqui estão: a ilustre deputada Luciana Rafagnin e o deputado Colombo, que mais do que ninguém, o PT tem obrigação de se aprofundar em tudo isso, porque na última instância quem foi fraudado, foi o PT. Quem deixou de ganhar as eleições foram as Oposições, através do candidato nosso companheiro, Vanhoni.

Conheço mais ou menos bem isso. Vivi na campanha de 96 em Arapongas uma monumental fraude, mas lá a fraude foi comandada pela Juíza Eleitoral. O Moysés Leônidas está aqui, sabe disso, os deputados da região sabem disso.

Nunca vi uma juíza correr por dentro do Fórum falando: vamos ganhar as eleições. Nós vamos derrotar esses caras aí.

Aliás, o Ministério Público na época entrou com uma ação contra a atuação da juíza, mas isso já ficou lá em 96 e hoje nós estamos aqui com esse problema.

O Taniguchi, parece-me, precisa procurar um psiquiatra. Querer dizer que essas coisa aqui - prefeito de Curitiba, um homem que completou 60 anos outro dia, - tem mais experiência que o Diabo nessas tramóias eleitorais. Aliás, dizem - que o Diabo é inteligente, não por ser o Diabo, mas por ser velho.

O prefeito de Curitiba com 60 anos, vem alegar - prefeito que é, - que não tem conhecimento de muita coisa que acontece na Prefeitura. Eu concordo com ele, porque é humanamente impossível e - eu já fui prefeito três vezes - um prefeito tomar conhecimento daquilo que acontece, muitas vezes, à sua revelia, na estrutura administrativa, mas ele é o grande beneficiário. Quem deve fazer a prestação de contas é o candidato e o candidato era o senhor Cássio Taniguchi.

Então, ele dizer: “não sei, não conheço, parece, não...” e querer acusar o Requião, ele está dizendo que o Requião invadiu uma kitinete que ele possui para roubar documentos, e aí eu pergunto: “O Requião foi lá roubar os documentos e mostrou? Então os documentos são verdadeiros e são esses aqui?” Ora, era só o repórter ter perguntado para ele: “O senhor está dizendo que o Requião retirou porque ele não tem escrúpulos (segundo o Taniguchi) esse documento da sua kitinete?” Ele está dizendo aqui!

Bom, se ele retirou os documentos e eles apareceram na Folha de São Paulo, então, os documentos estavam na kitinete dele.

É uma conclusão, “é elementar, meu caro Watson”.

O que precisa ficar bem claro aqui é o seguinte: nós estamos vivendo no Paraná um quadro triste da sua história. O que leva o Governo ao disparate de agredir toda a população que não quer a venda da Copel, mas ele quer vender. Onze empresas estavam pré-qualificadas. Todas, de uma maneira ou de outra foram se retirando. Restaram três. A terceira cai fora, cai a segunda fora, fica uma tal de GP.

GP? O que é que faz essa GP? A GP pega dinheiro, vai comprar empresas quebradas, melhora o perfil delas e vende para ganhar dinheiro. Não é o caso da Copel. O Paraná não pode ficar à mercê da presença de uma GP. Arrebanham 4, 5, 10, 50 empresários que botam dinheiro e vão comprar a Copel, vão comprar o trabalho do Paraná que foi feito durante 50 anos.

Isso é inadmissível, inaceitável que essas coisas aconteçam no Paraná! Parece que querem transformar o Paraná numa Fazenda Reunida Boi Gordo! É isso o que o Lerner quer fazer! Tudo tem limite!

“O poder emana do povo e em seu nome será exercido”. Mas, que poder? Que vontade? A vontade da Igreja - não é levada em consideração! A Federação da Agricultura, da mesma maneira! Comércio e Indústria, nada! Sindicatos? De jeito nenhum! Professores? Fora! Só que os Gulin...(e eu falei aqui, por que é que não se faz um projeto de lei aqui e se dá a Copel para os Gulin?) Fica tudo em casa! Aí não precisa vir aqui com a mala preta rondar palácios!

Chega de brincadeira! Eu respeito a posição daqueles que claramente são a favor da venda da Copel.

A democracia é boa por causa disso, é o exercício do contraditório. Quer vender a Copel? Batalhem pela venda da Copel, argumentem e nos enfrentem, porque é o que nós estamos fazendo. Nós estamos agora no nosso entendimento, cheios de razão.

Temos que respeitar a posição dos outros, mas temos que ficar falando até a 10ª hora, que vender a Copel é uma grande bobagem! Essa venda não interessa ao amanhã do Paraná, ao futuro do Paraná. Ter energia na mão é ter poder, é ter determinação, é ter auto-determinação. Colocar a energia na mão de outros? Experimentem na casa de vocês! Para ligar a vossa geladeira, ou a tomada que vai levar a energia para as suas casas, liguem

lá na casa do vizinho e fiquem à mercê deles para verem como que é difícil, no simples relacionamento de vizinho para vizinho.

Agora, imaginem quando se trata do Poder. Por que é que o exército americano dirige as empresas de energia elétrica nos Estados Unidos? Por quê? Por que a energia não tem nenhum valor? Por que a energia não tem valor estratégico? Não! O governo minoritário, isolado e antipopular do seu Jaime Lerner não quer ouvir o povo do Paraná! Está batalhando como nunca batalhou, para botar a mão nesse dinheiro.

Aliás, fazem um discurso de contradição, vão para o interior e engambelam prefeitos muitas vezes mau preparados e algumas vezes até mal intencionados. Dizendo o quê? “Olha, se vendermos a Copel, aqui na sua cidade o dinheiro vai cair do céu, aos borbotões. O dinheiro da Copel chega aqui para resolver tudo!”. E, com isso, estão fazendo prefeitos despreparados, alguns mau caráter, mudando de partido. É isso que está acontecendo.

Espero que o PT tenha atenção não para esse pronunciamento meu, porque este não tem importância nenhuma, mas acho que tem que ter cuidado com isso que vem aí pela frente!

Então, senhor presidente e senhores deputados, quero repudiar as agressões ao Requião, como se ele fosse o culpado dessas coisas que aconteceram. Oh, gente! Quem é que não sabe depois do primeiro turno, que houve uma movimentação nunca conhecida aqui neste Estado, para ir atrás de recursos, para se apanhar recursos para fazer com que o senhor Taniguchi continuasse na Prefeitura Municipal?

E eu vejo todo esse empenho, não por parte dos senhores deputados aqui, que não teriam nem condições para avançar tanto, mas vejo na venda da Copel a esperança de que possam continuar governando dessa maneira, não apoiando, por exemplo, o requerimento de informação do meu caro líder Nereu Moura! Qual é o mau que se tem, através do Governo, de prestar as informações que o ilustre deputado, de maneira tão incisiva, está querendo que sejam trazidas aqui para esta Casa?

Então é isso, estamos aqui na boca do inferno. Estamos aqui, 6 horas para nós pelo menos nesse espaço de tempo que termina às 18h00 está aí a possibilidade de você ver o quê? O Paraná ganhar na nossa visão, o Paraná ganha, ora, não depositaram o dinheiro!

E do outro lado, estão os governistas esperando que possam depositar o dinheiro e com isso possam ter mais condições de fazer a campanha, no ano que vem.

Falei com toda sinceridade a um grupo de deputados ali, o Governo: - O mundo não vai acabar para vocês se não for vendida a Copel. E ela também não termina para nós, que não queremos vendê-la, se ela for vendida”. Até uma jornalista falou: “Mas o que você está fazendo aqui no meio dos deputados governistas?” E eu: “Olha, eu costumo ser solidário na hora da dificuldade. Ele estão passando um momento difícil e eu estou aqui sendo solidário!

“Agora, o que nós gostaríamos que acontecesse? Que a Copel não sendo vendida, que todos nós, todos os partidos, todos os sindicatos, todos os segmentos representativos da sociedade, o pessoal de Governo, de Oposição, todo mundo, todas as federações, pudéssemos, nós todos nos debruçarmos sobre um plano de desenvolvimento integrado para todo o Paraná, onde a energia pudesse ficar na mão do povo, e nós seríamos os cavaleiros que tocaríamos o nosso destino para onde nós quiséssemos que ele pudesse ir.

É essa proposta que nós estamos querendo fazer. Agora, eu estou animado com a possível não venda da Copel até porque o próprio ministro Pedro Parente diz o seguinte: “Olha, se a gestão cair na mão dos particulares teremos um aumento de 100% nas tarifas”.

Então, imaginem, o governo se associa ao Governo do Paraná, vendem a Copel, a tarifa explode porque vai explodir! Ela está sendo contida porque o controle ainda está na mão pública, na mão do Estado, senão já teria explodido!

Essa é a grande razão porque não estejam com a mão já colocada sobre a Copel.

Concedo a aparte ao deputado Neivo Beraldin.

#### **O Sr. Neivo Beraldin**

Deputado Waldyr Pugliesi, o que nós deveríamos dizer é: a Copel já foi vendida! Já foi vendida sim, 111 bilhões de ações, o governo Lerner arrecadou, no mínimo, 2 bilhões de reais da Copel.

Então ele já vendeu! A maior parte que cabe ao Governo, ou parcial, ele já vendeu e já recebeu, por isso é que o BNDS tem 24% das ações da Copel! Quando o Governo assumiu ele tinha 196 bilhões de ações e hoje tem 86 bilhões de ações. Então ele já vendeu 2 bilhões de capital que tínhamos em 1995, quando Lerner assumiu o poder! Isso prova nos balancetes da própria Copel.

Graças a Deus, segundo notícias até aqui, faltam ainda 50 minutos de tensão, mas tudo leva a crer que não teremos comprador para a Copel! Por quê? Porque houve o atentado em Nova York, o mundo entrou em recessão, 163 os investidores estão inseguros para investimentos no mundo inteiro. Então, o mundo está em recessão, o mundo está apreensivo, por isso o governo não conseguiu, até aqui, vender mais esse patrimônio que é o patrimônio maior, do povo do Paraná, que é a Copel.

Agora, ontem eu reclamava aqui que eu precisava informações, por parte do governo, sobre uma alienação de bens na ordem de 3 bilhões e 300 milhões que o Governo declara ter recebido no ano de 2000 e que não se sabe de onde, e que pela Lei de Responsabilidade Fiscal estas informações deveriam estar à disposição da Assembléia Legislativa, permanentemente.

Hoje eu apresento à Mesa e encaminhei à Liderança do Governo para que disponibilize a Comissão de Finanças da Assembléia, presidida pelo ilustre deputado Cezar Silvestri, estas informações.

Portanto, eu me alegro em poder compartilhar com V. Exa. estes momentos de apreensão, mas sobretudo de alegria que antecede ao último prazo para o depósito e que a Copel não possa ser vendida. Então, V. Exa. ocupa a tribuna hoje, num dia importante que naturalmente se sucede a vários dias importantes de luta, alegria da Oposição e tristeza da Situação.

O SR. WALDYR PUGLIESI

Senhor presidente, eu estava vendo a preocupação do deputado Divanir Braz Palma, mas eu estou dentro do horário, deputado.

A Presidência não está fazendo favor nenhum em...

O Sr. Divanir Braz Palma

Nobre deputado, eu não estou reclamando nada.

V. Exa. está equivocado.

O SR. WALDYR PUGLIESI

Não, não estou equivocado, não.

O Sr. Divanir Braz Palma

O que foi que falei, então?

O SR. WALDYR PUGLIESI

Que já tinha se esgotado o horário.

O guardião do horário, no caso....

O SR. PRESIDENTE (**Helio Rusch**)

Continua com a palavra o deputado que ocupa a tribuna Waldyr Pugliesi.

O Sr. Irineu Colombo

Permite-me um aparte, deputado?

O SR. PRESIDENTE (**Helio Rusch**)

Não, não existe mais aparte, deputado. Já usou do Horário destinado ao PMDB, já extrapolou o Horário da Liderança da Oposição, já extrapolou tudo!

(**Vaias e apupos**)

A Presidência não permite manifestação das galerias, por favor.

Deputado Irineu Colombo, ao deputado Waldyr Pugliesi, a Presidência já deu dez minutos além do tempo que lhe é permitido. Por favor!

Gostaria que o deputado Waldyr Pugliesi se encaminhasse ao encerramento.

O SR. IRINEU COLOMBO

Pela Ordem, então, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Helio Rusch**)

Logo após o pronunciamento do deputado.

O SR. IRINEU COLOMBO

Pela ordem agora, senhor presidente, senão perde-se o momento. E V. Exa. não pode dizer se posso apartear

ou não. V. Exa. pode dizer que pode cassar a palavra ou não.

V. Exa. pode dizer que pode cassar a palavra dele. É ele quem concede aparte ou não!

O SR. PRESIDENTE (**Helio Rusch**)

Deputado Irineu Colombo, eu gostaria que sua questão de ordem fosse bem breve.

O SR. IRINEU COLOMBO

Senhor presidente, nós gostaríamos, até por conta da importância do debate, e que a maior parte do tempo, hoje, foi tomada com relação à defesa do governo, do projeto que interessa ao governo e que nós, da Oposição, achávamos que era melhor o debate acontecer no plenário, tendo em vista esta circunstância especial, senhor presidente, peço a V. Exa. que conceda um tempo para que possamos fazer este debate tão importante.

O SR. PRESIDENTE (**Helio Rusch**)

A presidência já concedeu dez minutos além do tempo, deputado Irineu Colombo.

Solicito ao deputado Waldyr Pugliesi, que faça o encerramento, com mais um minuto.

O SR. WALDYR PUGLIESI

Senhor presidente, veja bem, todos os deputados estão aqui. Nós tivemos os trabalhos desta Casa consumidos pela presença do secretário da Administração. Estamos vivendo um momento importante na vida do Paraná. É a venda ou não da Copel, neste momento.

Então, permita-me, não no dia de hoje e em relação a mim, mas permita-me fazer a esta Presidência uma sugestão quando não há matéria nenhuma para ser votada, a ausência da maioria, mais uma vez, impede que decisões sejam tomadas aqui!

V. Exa. poderia como tem feito de outras vezes, ser mais tolerante, para que um debate destes não se perdesse, como espero que não se perca, porque nós temos que falar para uma pessoa, se for o caso, que queira nos ouvir.

Quero dizer o seguinte: se daqui a pouco a Copel permanecer nas mãos do povo do Paraná, eu ficarei muito feliz e contente e continuarei minha modesta vida em defesa daquilo que me propus: fazer a transformação da sociedade sob o império das idéias que presidem a minha vida.

Agora, se conseguirem esse amaldiçoado dinheiro para ser depositado lá e vender a Copel, eu vou continuar a minha vida da mesma maneira, combatendo aqueles que permitiram isso, no campo das idéias.

É o que nos resta fazer, essa venda ou não da Copel não vai terminar a luta, pois a luta não é só venda ou não da Copel. A luta é dar terra para quem trabalha, para o MST; é dar liberdade que a imprensa não teve durante muitos e muitos anos nesse País.

A luta é geral. Ela é globalizada no nosso entendimento.

A Copel é uma luta dentro dessa luta maior. É assim que nós estamos vendo as coisas.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)**

PFL. Deputado Divanir Braz Palma.

**O SR. NEREU MOURA (Pela Ordem)**

Senhor presidente, quero registrar, com muita alegria, a presença do prefeito de Saudade do Iguaçu, Luiz Giacomini.

**O SR. DIVANIR BRAZ PALMA**

Senhor presidente, em nome da Liderança do PFL, eu quero aqui me louvar numa reportagem publicada no jornal Folha do Paraná, que traz uma denúncia do presidente do Sindicarne, Péricles Salazar. Segundo ele, nós confirmamos isso na Secretaria de Fazenda, o diretor da Receita Estadual João Manuel D. Lucena, a pauta para o recolhimento do ICMS do boi, no Paraná, está defasada em pelo menos 25%.

Hoje, a Receita Estadual cobra ICMS do boi vivo, comercializado e vendido, para principalmente o Estado de São Paulo, a 37.25 reais a arroba, sendo que na verdade, fontes de Departamento de Economia Rural DERAL, da Secretaria de Abastecimento que fornece diariamente a cotação a média, hoje varia de 45, 46 e até 47 reais. Pois bem. Amanhã devo entrar com um projeto de lei, porque sei que a preocupação de todos deputados é salvar e defender os interesses do nosso Estado, a nossa economia.

Além da evasão de divisas isso provoca um desaquecimento na atividade industrial no setor da carne, mais especificamente nos frigoríficos do Paraná.

**O Sr. Cezar Silvestri**

Deputado Divanir Braz Palma, eu li hoje pela manhã esta matéria, e quero aqui, somar com V. Exa. É inadmissível que o Governo do Estado, hoje com grande número de informações que se tem, o próprio DERAL publica diariamente as cotações de todos os produtores agrícolas e pecuários do Estado do Paraná, nós temos aí a própria Rede Globo com programa diário, às sete horas da manhã. Tem o Globo Rural, agora todos os dias. É inadmissível que técnicos da Secretaria da Fazenda continuem com essa defasagem, 36 reais para 47, quando, na realidade está 47 há mais de trinta dias.

Essa defasagem está, no mínimo, em 90 dias.

E pela avaliação que eu vi nessa matéria, o Governo do Estado perde em torno de 160 mil reais por mês.

Mas, como V. Exa. diz, e tenho certeza absoluta será a conclusão do seu pronunciamento, o mais grave não é a perda de 160 mil reais por mês de arrecadação, são os empregos que estamos perdendo no Estado do Paraná, porque frigoríficos estão fechando, estão quebrando. 100 mil bois são vendidos mensalmente para o

Estado de São Paulo, principalmente ali na região do Norte Pioneiro, que faz divisa com São Paulo. São empresas que estão perdendo o poder de competição. Enfim, a perda é muito grande por falta de informação ou, simplesmente, por funcionários relapsos, na verdade, que não se empenham. Isso é inadmissível, nos dias de hoje.

Vossa Excelência faz parte da base de sustentação do Governo, sabe da dificuldade, que não procuram se atualizar, nem ler a cotação que o DERAL nos fornece diariamente.

Parabéns pelo seu pronunciamento.

Muito obrigado!

**O Sr. Nelson Garcia**

Quero me somar a V. Exa.

Não gostaria aqui de defender causa própria, mas é o caso da nossa família. Tínhamos, em 1994, 700 funcionários nas nossas empresas. Hoje temos 150. Umuarama tinha 4000 empregos no frigorífico. Tivemos que fechar a empresa, pois não tivemos apoio; São Paulo e Mato Grosso invadiram.

Eu dizia, quando o deputado Anibal Khury fez para incentivar as empresas que aqui estão. Hoje, graças ao esforço dos feirantes reabrimos a empresa, mas com 70 funcionários. Matávamos 4, 5, 6 mil bois por mês e hoje estamos matando 2 mil a 2500. Não conseguimos mais concorrer com o Estado de São Paulo e nem com Mato Grosso do Sul!

Com o seu pronunciamento, vai trazer de volta o emprego para os frigoríficos. Há muito tempo que estamos precisando de um apoio no Estado do Paraná!

Muito obrigado!

**O SR. DIVANIR BRAZ PALMA**

Agradeço o aparte.

Estou me reportando a esse problema que é sério, de conseqüências econômicas, financeiras e sociais, que atinge o Estado do Paraná, além de afetar o Tesouro estadual.

Temos outros produtos pautados. Temos a madeira, o milho, o feijão, o arroz, o trigo. E se acontecer com os outros produtos também? Qual será o prejuízo que o Paraná leva todo mês? Hoje temos mecanismos de informática que nos dão, a cada minuto, as informações de mercado.

Acho difícil defender aqui o diretor da Receita, João Manuel, quando diz desconhecer o problema, mas não podemos trabalhar com uma pauta de 25% desatualizada. As conseqüências sociais são grandes. Maringá já foi grande centro também. Já tivemos 5 frigoríficos. Hoje temos apenas um. Abre e fecha. Um boi vendido para o Estado de São Paulo sai com 165 reais de economia de ICMS. Não dá para competir assim! Além de prejuízo no Tesouro, provocamos desemprego no Paraná.

É preciso um projeto que obrigue a Secretaria de Estado a aferir os preços de mercado. Para tanto, temos

estrutura na secretaria de Agricultura, para que isso não ocorra mais. Esse prejuízo é imperdoável! Estão mexendo com dinheiro do povo, que precisa ser aplicado para o povo! Não se pode dormir no ponto desse jeito!

Quero aqui dar os parabéns à Folha do Paraná” e ao Sr. Salazar, que é presidente do Sindicato de Carne que, com essa denúncia, tenho certeza, vamos dar um basta nesse vazamento de recursos que está acontecendo no Estado do Paraná, com essa alíquota defasada em 25%.

Muito obrigado, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Consulto a Liderança do PTB, PPS, Liderança do Governo.

(**Todas declinaram**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

### ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 senhores deputados.

Sobre a mesa, projetos de lei em número de 02 (dois) de autoria do senhor deputado Moysés Leônidas, constantes do expediente. Necessitam de apoioamento. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Divanir Braz Palma, constante do expediente. Necessita de apoioamento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em número de 02 (dois), de autoria do senhor deputado Ricardo Maia, constantes do expediente. Necessitam de apoioamento. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Ademir Bier, constante do expediente. Necessita de apoioamento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Hermas Brandão, constante do expediente. Necessita de apoioamento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados:

### ITEM 01

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 018/2000, de autoria do deputado Luiz Fernandes Litro, que autoriza o Governo do Estado do Paraná a criar o Núcleo Regional da Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento com sede em Dois Vizinhos e dá outras providências. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF E CAIC.

O SR. WALDYR PUGLIESI

Para encaminhar, senhor presidente.

(**Assentimento**)

Senhor presidente, só para dizer que as Oposições votam contra esse projeto.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Está em votação o projeto. Os deputado que aprovam, permaneçam como estão.

O SR. ADEMAR TRAIANO

Verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Deputado que aprovam, queiram levantar-se.

13 (treze) senhores deputados aprovam.

O SR. NEREU MOURA

Chamada nominal, senhor presidente.

O SR. IRINEU COLOMBO

Chamada nominal, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Chamada nominal requerida pelo deputado Irineu Colombo.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Nelson Tureck**)

(**Procede à chamada nominal dos senhores deputados**)

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

25 (vinte e cinco) senhores deputado responderam à chamada.

**Não há quórum para deliberar**, apenas para continuar a Sessão.

Sobre a mesa, Requerimentos nºs 3696 e 3697, de autoria do senhor deputado Edno Guimarães, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3705, de autoria do senhor deputado Moysés Leônidas, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3718, de autoria do senhor deputado Ademir Bier, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3719, de autoria do senhor deputado Cesar Seleme, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 07, à hora regimental, com a seguinte

### ORDEM DO DIA:

EM VOTAÇÃO:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 018/2000.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 150/2000; 079, 265, 323, 349, 465, 480, 501, 506 e 535/2001.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 181/200; 596/99, 033, 285, 305/2000; 038, 039, 052, 073, 082, 113, 344, 409 e 494/2001.

Levanta-se a Sessão.

## Atas das Comissões:

### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATURA 22ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e três dias do mês de outubro do ano de dois mil e um, reuniu-se na sala de reuniões das comissões da Assembléia Legislativa do Estado Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do senhor deputado Caíto Quintana e com a presença dos seguintes deputados: Algaci Tulio, Marcos Isfer, Orlando Pessuti, Serafina Carrilho, Hermes Fonseca, José Maria Ferreira e mais o deputado Eli Ghellere. Havendo número legal, o senhor presidente deu por aberta a presente reunião. passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 009/2001 de autoria do deputado Nereu Moura. Parecer FAVORÁVEL do deputado Caíto Quintana - APROVADO; 02) Projeto de Lei nº 255/2001 de autoria do deputado Divanir Braz Palma. Parecer FAVORÁVEL do deputado Caíto Quintana - APROVADO; 03) Projeto de Lei nº 273/2001 de autoria do deputado Moysés Leônidas. Parecer FAVORÁVEL do deputado Caíto Quintana - APROVADO; 04) Projeto de Lei nº 100/2001 de autoria do deputado Hermas Brandão. Parecer FAVORÁVEL do deputado Algaci Tulio - APROVADO; 05) Projeto de Lei nº 354/2001 de autoria do deputado Nereu Moura. Parecer FAVORÁVEL do deputado Algaci Tulio sugere devolução da matéria ao autor para que a documentação necessária seja providenciada; 06) Projeto de Lei nº 254/2001 de autoria do deputado Marcos Isfer. Parecer CONTRÁRIO do deputado Algaci Tulio - APROVADO; 07) Projeto de Lei nº 470/2001 de autoria do deputado Nereu Moura. Parecer FAVORÁVEL da deputada Serafina Carrilho, na forma da emenda anexa - APROVADO; 08) Projeto de Lei nº 506/2001 de autoria do deputado Hermas Brandão. Parecer FAVORÁVEL da deputada Serafina Carrilho - APROVADO; 09) Projeto de Lei nº 535/2001 de autoria do deputado Valdir Rossoni. Parecer FAVORÁVEL da

deputada Serafina Carrilho - APROVADO; 10) Projeto de Lei nº 431/2001 de autoria do deputado Valdir Rossoni. Parecer FAVORÁVEL do deputado José Maria Ferreira, na forma das emendas anexas - APROVADO; 11) Projeto de Lei nº 348/99 de autoria do deputado Divanir Braz Palma. CONCEDIDO VISTAS aos deputados Algaci Tulio e Orlando Pessuti; 12) Projeto de Lei nº 435/2001 de autoria do deputado Valdir Rossoni. Parecer CONTRÁRIO do deputado Hermes Fonseca - APROVADO; 13) Projeto de Lei nº 465/2001 de autoria do deputado Hermas Brandão. Parecer FAVORÁVEL do deputado Eli Ghellere - APROVADO; 14) Projeto de Lei nº 471/2001 de autoria do deputado Edson Praczyk. CONCEDIDO VISTAS ao deputado Orlando Pessuti; 15) Projeto de Lei nº 079/2001 de autoria do deputado Moysés Leônidas. Parecer FAVORÁVEL do deputado Eli Ghellere - APROVADO; 16) Projeto de Lei nº 480/2001 de autoria do deputado Ângelo Vanhoni. Parecer FAVORÁVEL do deputado Eli Ghellere - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente ata que após lida e aprovada, será assinada pelo senhor presidente, pelos senhores deputados presentes e por mim, Ana Lúcia Andretta, advogada e secretária desta comissão.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente  
Ana Lúcia Andretta - Secretária

### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATURA TERMO DE ATA

Aos trinta dias do mês de outubro do ano de dois mil e um, reuniu-se na sala de reuniões das comissões da Assembléia Legislativa do Estado Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do senhor deputado Basílio Zanusso e com a presença dos seguintes deputados Hermes Fonseca, Marcos Isfer, Algaci Tulio e Orlando Pessuti. Não havendo número legal, declarou-se transferida a presente reunião. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir efeitos legais, lavrei o presente Termo de Ata, que após lido e aprovado será assinado pelo senhor presidente, pelos senhores deputados e por mim, Ana Lúcia Andretta, advogada e secretária de comissão.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente  
Ana Lúcia Andretta - Secretária